

Rev.

257  
257



9



# Portugal Colonial

REVISTA DE PROPAGANDA E EXPANSÃO COLONIAL

DIRECTOR  
**HENRIQUE GALVÃO**  
 SECRETÁRIO DA REDACÇÃO  
**F. ALVES DE AZEVEDO**  
 ADMINISTRADOR E EDITOR  
**ANTÓNIO P. MURALHA**

SEDE  
*RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º*  
*End. Telegráf. cc: MINERVA*  
*Telefone 24253*  
 PROPRIEDADE DA EMPRESA  
**PORTUGAL COLONIAL**  
 NÚMERO 49

PREÇO AVULSO  
 Metrópole..... 3\$00  
 Colónias..... 4\$00  
 (ASSINATURAS)  
 Metrópole (6 meses)... 18\$00  
 Colónias (6 meses)... 24\$00

COMPOSTO E IMPRESSO  
 OTTOSGRAFICA LIMITADA  
 Conde Barão, 50 — LISBOA

## SUMÁRIO

CARTA DE PORTUGAL PARA AS PROVÍNCIAS DE ALÉM .....	<i>Dr. Agostinho de Campos</i>
UM PROGRAMA DE GOVÉRNO. ....	<i>Dr. Armindo Monteiro</i>
CRUZEIROS DE FÉRIAS ÀS COLÓNIAS.....	<i>F. Alves de Azevedo</i>
O ALGODÃO COLONIAL PORTUGUÊS E O COMÉRCIO IMPORTADOR.....	***
PÁGINA LITERÁRIA — CÉUS PÁTRIOS E CÉUS DISTANTES .....	<i>Berta Leite</i>
LITERATURA COLONIAL — OS CONCURSOS DE LITERATURA COLONIAL VISAM OU NÃO À PROPAGANDA COLONIAL? .....	<i>Mário Costa</i>
CARTAS DE MOÇAMBIQUE .....	<i>Francisco G. de Lacerda</i>
DA IMPRENSA COLONIAL TRANSCREVE-SE.....	<i>M. Auguste Verbeke e ***</i>
COISAS SABIDAS .....	<i>Nunes dos Santos</i>
CONSULTÓRIO .....	***
NO ESTRANJEIRO.....	***
IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS .....	***
CRÓNICA DO MÊS.....	***
NOTAS DO MÊS.....	***
INFORMAÇÕES, ETC.....	***
ESTATÍSTICA .....	***

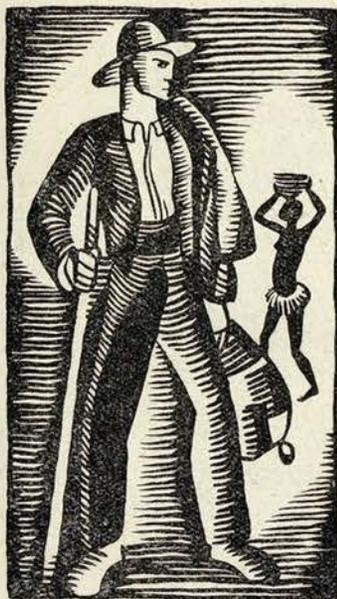


*Foi proclamado Presidente da República por mais sete anos o general sr. António Oscar de Fragoso Carmona. O sr. general Carmona que desde 1927 vem chefiando o Estado Novo é uma figura notabilíssima de português e de Chefe de Estado. O seu aprumo, a extraordinária isenção e desinterêsse com que serve o país, a elegância moral de que tem dado provas e o tato político que tem demonstrado, impuzeram-no de tal forma, que a sua reeleição por cêrca de 800.000 votos, é um motivo de alegria e satisfação para todos os portugueses.*

# Carta de Portugal

## para as pro- víncias de Além

Pelo dr.  
Agostinho  
de  
Campos



**E**M missão da Sociedade das Nações viajou pelo Oriente o sr. Fernando Maurette, que, aproveitando a oportunidade, se deu a estudar as condições actuais do mundo de raça amarela. As suas observações e meditações

estão condensadas no livro a que o viajante francês pôs o título de *Tour de Pacifique* e onde se encontram dados impressionantes sobre o crescimento demográfico do Japão e as respectivas conseqüências, actuais ou futuras.

Em 1872, ao produzir-se a revolução de Meiji — princípio da ocidentalização material dos Japoneses — contava o Japão 33 milhões de habitantes. Em 1880 atingia a sua população 44 milhões. Em 1903, a seguir à guerra com a Rússia, 56 milhões. A esta hora há já 67 milhões de Japoneses, isto é: em sessenta anos duplicou a

população daquele povo inteligente, organizador, activo e expansivo.

O aumento prosseguirá com ritmo igual ou talvez mais acelerado. Alcança já 32 por mil a média de nascimentos no Japão, ao passo que em França não passa de 16, na Gram-Bretanha se apresenta ainda inferior, e na Alemanha ou na Escandinávia não aparece muito mais favorecida. Cada ano orça por um milhão de almas o excedente japonês dos nascimentos sobre os óbitos. E, quanto à densidade de população, os números são: 176 habitantes por quilómetro quadrado, quer dizer: duas vezes e meia mais do que a França. Na nossa Europa só a Bélgica e a Holanda podem afligir-se ou gabar-se de densidades maiores.

As pessoas de certa idade (oh!... certíssima!) lembram-se de quando, há cerca de trinta anos, o aposentado Káiser alemão apresentou ao mundo um desenho alegórico de sua lavra, com o seguinte dístico por baixo: *Völker Europas, wehret euren besten Güter!* — aviso previdente que em vernáculo se poderá tornar assim: «Povos da Europa! defendei os vossos mais preciosos bens...»

Um dos bens mais preciosos, para os povos como para os indivíduos, é a Vida — esta saborosa preciosidade que, se tem sombras ou amarguras, foi todavia o mais claro e doce que se pôde arranjar. Ora, quando Guilherme II se entregava ao desporte político-alegórico, a vida dos povos europeus ou ocidentais estava, aparentemente pelo menos, muito menos ameaçada que hoje em dia.

Maurette, o autor de *Tour de Pacifique*, chama ao Japão de agora nação proletária e assim lhe faz, sem dar por isso, o

maior dos elogios, se por tal qualificação entendermos, como parece justo, a nação que trabalha na pobreza, sem ter conhecido a abundância e bebido ou respirado os venenos que esta acarreta consigo. No polo oposto estarão com certeza as nações proletarizadas — aquelas que foram ricas e o não são já, e do orgulho de outrora só conservam o travor acre da saudade, da desilusão ou do desespero. . .

Na casa onde não há, mas já houve pão — aí sim, que verdadeiramente ralham todos e ninguém tem razão. Diante do Japão proletário (leia-se: moralmente forte) a Europa de 1935, empobrecida e descontente, aparece muito mais fraca e indefesa, do que a de 1905, então ainda soberba, esperançosa e muito mais capaz de unir-se para defender «os seus bens mais preciosos». E entenda-se que o conceito de Europa equivale aqui a Ocidente, e abrange as nações americanas de estirpe europeia — tão destrambelhadas, tão falhas de bússola moral, tão hesitantes e incongruentes como as que lhes deram origem, e nas quais parece adormecido o próprio instinto de conservação.

A crise ocidental de hoje figura-se mais grave do que a de meados do século XVI, quando Garcia de Rêsende, e Camões depois dele, um na sua Miscelânea, outro no Canto VII dos Lusíadas, clamavam contra a loucura dos príncipes cristãos, desunidos e em mútuo guerreamento, enquanto o Turco chegava às portas de Viena de Áustria:

Por culpa dos reis cristãos  
Se faz tão grande senhor,  
Que não pode ser maior,  
Pois não teem par'êles mãos,  
Nem entre si paz e amor. . .

Ou:

Oh míseros Cristãos, pela ventura  
¿ Sois os dentes de Cadmo desparzidos,  
Que uns aos outros se dão à morte dura,  
Sendo todos de um ventre produzidos? . . .

E hoje? Pior ainda, porque nem sequer existe aquele sentimento de solidariedade religiosa que, embora contrariado e enfraquecido pelas rivalidades e guerras inter-europeias, existia vivo em muitas das mais altas consciências ou inteligências dirigentes e tanto contribuiu para que, com o Infante D. Henrique e a sua escola, o Oriente fôsse acometido no próprio Oriente e a invasão neutralizada de revés e desde a origem.

Hoje, pelo contrário, não só enfraqueceu o instinto defensivo racial, de que outrora a fé cristã se fez bandeira, como não faltam filósofos ocidentais muito contentes de si e escutados por outros, para nos cantarem loas à superioridade da cultura, da civilização e da mentalidade mongólicas ou indianas, o que fez dizer espiritualmente a um nosso leitor (por cuja amável sugestão estamos desfiando estas linhas) que êsses apologistas do Oriente lhe parecem. . . desorientados. A isto se poderia acrescentar, sem chegarmos, por desejo e necessidade de optimismo em tempos péssimos, ao velho Quos Jupiter perdere vult prius dementat — que há pior do que a desorientação dos filósofos orientalistas, e vem a ser o desnorteamento dos que deviam nortejar a grande política europeia.

Os filósofos, por definição e natureza, devem filosofar sem limites; mas aos políticos incumbe dirigir e executar dentro dos limites do bom-senso, e eis aqui o que não se tem visto, nem na acção nem muito menos na inacção das potências europeias de grande formato, a quem competiria encontrar uma fórmula de equilíbrio europeu.

O espectáculo a que neste preciso momento estamos assistindo — entérro do Tratado de paz de Versalhes e espanto dos que o deixaram morrer ao vê-lo enterado — dá-nos a medida da pequenez dos dirigentes que, concordes em detestarem a Guerra, a estão preparando e atraindo.

# Um programa de Govêrno

## O Discurso do sr. Ministro das Colónias no acto da posse do novo Governador Geral de Angola

(CONTINUAÇÃO DO NÚMERO 48)

14. Sabe V. Ex.<sup>a</sup> que a balança comercial da Colónia—que só em raros anos tinha apparecido equilibrada—apresenta desde 1931, continuamente, saldos favoráveis. Tem-se procurado, deminuir o valor dêste facto com mais ou menos especiosas razões.

Mas os números têm, na sua simplicidade, uma força enorme—que as palavras nem sempre conseguem vencer. Assim, reduzida a questão ao seu ponto fundamental, encontramos em face desta cifra: em 1931, 1932 e 1933, o saldo favorável total da balança comercial da Colónia atingiu cifra superior a 137.000 contos.

Ao lado dêste, outro consolador resultado tem de apregoar-se: o valor das exportações da Colónia atingiu, em 1933, uma das mais altas cifras que se lhe conhecem; expresso em libras, só o ano de 1929 lhe fica em cima. Segundo as informações provisórias recolhidas, os três primeiros trimestres de 1934 mostraram ainda, em relação a período igual do ano anterior, uma pequena melhoria.

Quem de boa fé olhar para tudo o que se passa na vida ultramarina e atentar na trágica decadência do comércio internacional, comparando êstes claros e prometedores resultados resultados com a desolação dos panoramas

económicos e financeiros que a maioria das outras colónias apresenta—terá de concluir que por bom caminho se tem andado e que é indispensável persistir na política iniciada em 1931 com o decreto n.º 19.773. A revolução profunda que na economia da Colónia ela operou fez mudar, quasi de um momento para o outro, o aspecto das coisas.

### *Política comercial*

15. Em que bases deve prosseguir agora, abrindo mais largos horisontes à vida da Colónia?

Visto que isso é função do Ministro das Colónias, permita-me V. Ex.<sup>a</sup> que as indique, ainda que sucintamente.

A primeira directriz vem de trás, tem de ser seguida atentamente, porque a evolução dos acontecimentos levanto todos os dias problemas novos; consiste na necessidade de intensificar continuamente as relações com a Metrópole. Todos sabem que a Mãe Pátria atingiu a percentagem de 55 % nas importações angolanas. Não quero salientar a importância dêste facto, que fala por si. Assistimos à mudança de orientação dos próprios comerciantes estrangeiros—que, abandonando velhas re-

---

*A aliança da França com a Rússia traz como natural consequência a afinidade de interesses entre Alemanha e Japão. Oriente e Ocidente parecem não existir senão para se confundirem. O Ocidente ocidentalizou o Oriente. O Oriente orientaliza o Ocidente.*

*Devem, portanto, estar satisfeitos os que dizem que os homens são todos irmãos. Mas também o foram Caim e Abel—e isto recordam-no à gente as fábricas europeias, russas e japonesas de material de guerra, trabalhando dia e noite, a toda a força e com toda a convicção.*

lações de negócios, passaram a trabalhar com produtos portugueses.

Não esqueçamos, porém, que na base desta política—em que Angola tanto tem dado à Metrópole!—está o princípio da reciprocidade. A Metrópole não pode ser a vara de protecções aos géneros e actividades coloniais, sob pena de perder mercados já hoje vastos e que mais vastos serão ainda no futuro. Ignora-se aqui geralmente que as colónias são, agora, para o vinho comum, o único mercado sério da Metrópole e que muitas indústrias, como as de tecidos de algodão, é do ultramar que praticamente vivem.

Não bastam as protecções pautais. Um grande esforço de propaganda é indispensável para alargar o consumo de certos géneros—para chamar à atenção do País para as colónias, mostrando-lhe que tóda a sua importância internacional é delas que vem, para o interessar nos empreendimentos de Além-Mar, ligando estreitamente os interesses daqui aos de lá. Esta política tem de prosseguir pela resolução sucessiva de problemas ainda mal estudados—que, estou certo, mostrarão a possibilidade do estabelecimento de acórdos parcelares, em que as formas do trabalho nacional ultramarino e metropolitano se tornem complementaras. A próxima conferência económica, já convocada para Dezembro, muito há-de contribuir, de-certo, para facilitar esta tarefa.

Mas a verdade que, por tódas as formas tem de proclamar-se, é esta: as colónias só podem comprar à Metrópole na medida em que esta lhes comprar também. Quem pensa que coisa diferente desta é possível sai fora da realidade.

Segunda directriz será dada pela necessidade de intensificar as relações com as colónias portuguesas—que, desde o decreto n.º 23.018, tendem a aumentar, mas que ainda estão longe do que devem ser. Há melhorias evidentes. Em 1930 Moçambique, por exemplo, importava de território nacional apenas 16 toneladas de café; do estrangeiro vinham 94. Mas em 1933 já as colónias portuguesas lhe forneceram 80 e o estrangeiro apenas 26. Mas há muito ainda que andar; enquanto em Angola se levanta um problema de colocação de trigo, Moçambique manda vir de fora mais de 5 milhões de quilos de farinha.

Para as colónias vizinhas devem dirigir-se afincadamente as atenções de V. Ex.<sup>a</sup> no sen-

tido de provocar um estreitamento de relações.

Indispensável é, para conseguirmos resultados sérios na realização desta política, sugerir as autoridades e colonos à observância de formas de trabalho que imponham o respeito pelo nosso nome; sem isso, todo o esforço se quebrará inútilmente contra a natural resistência das coisas. Limito-me a indicar algumas, brevemente:

a) A selecção rigorosa dos produtos exportados e a fixação de tipos é princípio essencial de trabalho. Só os géneros de boa qualidade devem sair da colónia. O que não obedecer às condições legais deve ser repellido para o interior. Tudo o que não fór isto pode, em determinado momento, aproveitar a este ou àquele comerciante—mas prejudicará a colectividade;

b) A subordinação a organismos colectivos e responsáveis pela exportação, sob a vigilância de autoridades que não transijam com a fraude, é outra regra fundamental. No progresso da organização corporativa encontrará V. Ex.<sup>a</sup> ajuda séria para a realização deste objectivo;

c) A vigilância sobre os preços é ponto também capital; não devem admitir-se exageros na ânsia do lucro;

d) A pontual entrega do produto é canon que tem de observar-se com rigor.

Se estes são os objectivos a atingir e estes os meios de trabalho aconselháveis,—no prosseguimento da política comercial que à colónia convém, há elementos internos no triunfo que não podem ser desprezados. Deixe-me referir alguns rapidamente.

É preciso proteger, acima de tudo, os exportadores que dêem garantias efectivas de repatriar definitivamente os valores que embolsarem pela venda dos produtos no estrangeiro. Os outros, mais desfalcam a colónia do que a servem. A sua actividade é illusória.

Muitas vezes os problemas da exportação são encarados pelo prisma do aumento ou diminuição dos reditos públicos. É um erro. Nêles deve dominar o aspecto do desenvolvimento económico da colónia—de perto ligado à obtenção de cambiais para pagamentos no exterior. Em face de uma questão em que se jogue a colocação de produtos da colónia em mercado externo, os interesses do Tesouro têm pequeno lugar. O que perde por um lado, facilmente o pode ganhar por outro.

Muito importa sujeitar as importações a

estreita vigilância. Tem de estar-se sempre de olhos fitos na estatística. Porque o princípio vital para o progresso equilibrado da economia colonial é este: deve ser impedida a entrada na colónia de todos os produtos que não interessassem à vida sã de colonos e indígenas.

### *Transferências*

16. A vitória da política iniciada com o decreto n.º 19.773 não a demonstram apenas as cifras relativas ao comércio externo; as que respeitam às transferências indicam-na também.

Uma lúcida nota oficiosa publicada em Luanda em meados de Novembro dispensa-me de fazer sobre este assunto as considerações a que de outro modo estaria obrigado.

Lembram-se todos de que, no começo de 1931, por falta de coberturas, as transferências, tiveram de ser bruscamente suspensas. Em Maio foi publicado o decreto n.º 19.773 — que, rompendo com o sistema da cobertura dos «deficits» das transferências pelo contribuinte metropolitano, estabeleceu, como regra essencial, que as transferências da colónia para o exterior deviam ser limitadas pelas suas próprias coberturas: Assim se tem feito, procurando-se, através das adaptações que as circunstâncias aconselham, criar às actividades de Angola o mínimo possível de dificuldades ou perturbações.

Nos dois anos e meio que decorreram entre o princípio de 1932 e Junho de 1934, deu o fundo cambial aos particulares 272.294 contos. Em 1927 e 1928, sob o regime de liberdade, haviam sido transferidos 227.630. No primeiro caso, a média das transferências mensais foi de 9.076 contos; no segundo, de 9.480. A diferença, como se vê, não é grande. Isto bastaria para mostrar que o novo regime tem servido bem a colónia. Mas acrescenta-se que, em 27 e 28, as importações foram, respectivamente, de 284.891 e de 269.816 contos e que em 1931, 32 e 33 foram de 146.966, de 191.489 e de 175.590. Se as transferências médias mensais foram sensivelmente as mesmas, a verdade é que os valores que elas deviam cobrir tinham decrescido em proporções enormes.

Mas a demonstração da eficácia do sistema está feita e a da inexactidão — peço desculpa da amabilidade do termo — das críticas, feita está também. Não vale a pena insistir nesse

ponto. Cumpre-me apenas prevenir V. Ex.<sup>a</sup> contra certos elementos perturbadores, que convém dominar. O primeiro é o vício das transferências, que é vivíssimo em Angola e que tem a sua razão de ser em causas antigas, entre as quais não pode deixar de destacar-se a própria insegurança em que a esse respeito a colónia viveu. Depois, a notória deslealdade de alguns elementos no cumprimento do decreto. Em seguida, é causa de preocupações a formação de um mercado clandestino com a quota livre das cambiais, com o produto de mercadorias exportadas por contrabando pela fronteira do Zaire, com a moeda do exterior trazida pelos negros que trabalham além das fronteiras e que, nas circunscrições do norte, não representa cifra que deva desprezar-se; junte-se-lhe o dinheiro que os estrangeiros residentes na colónia recebem dos seus países e que, depois, às escondidas negociam.

Antes do decreto n.º 19.773, o Banco de Angola comprava ao balcão notas, moedas e cheques sobre o exterior, que não valiam, por ano, menos de 20 mil contos. Tudo isso alimenta praticamente, hoje, o mercado clandestino — que tem medrado à vontade. Nem as nossas autoridades o têm perseguido nem a reprovação geral o tem castigado. Contudo, se amanhã, na defesa do interesse colectivo, se tomassem providências que incomodem os que, defraudando a lei, lesam a colónia, nenhuma dúvida tenho de que os protestos se levantarão com força contra o que se chamará, naturalmente, inqualificável violência. Mas a verdade é que, tendo Angola de se bastar a si própria, em matéria de coberturas, não pode consentir que, seja quem for, fuja à disciplina geral.

Mostra a experiência que muitas vezes, se pedem ao Fundo Cambial quantias superiores às que realmente são precisas para os pagamentos no exterior e cambiais em valor que excedem os meios de pagamento. A partir do momento em que o depósito prévio deixou de ser exigido, elevou-se enormemente o quantitativo dos pedidos: de 40.000 contos passou para mais de 100.000. A pequena circulação fiduciária da colónia, umas poucas de vezes multiplicada por si própria, não daria para pagar as transferências requisitadas.

E o futuro? A regulamentação actual não pode manter-se. O ano de crise profunda que se atravessa exige uma revisão das regras em vigor. Verifica-se que, no Fundo Cambial, en-

tram apenas cêrca de 50 % das coberturas de que a colónia dispõe. É pouco e temos de aumentar essa percentagem. Começa, de resto, a ser complicada a legislação sobre transferências. Mas os princípios estão traçados e a sua força provada. Se na regulamentação há que acompanhar a evolução dos acontecimentos, nada há que emendar na orientação geral.

Ouvirá V. Ex.<sup>a</sup> certamente, defender com entusiasmo, em certos meios, a idéa da realização de um grande empréstimo para pagar as transferências. Mas eu pergunto, depois de tudo quanto se disse: está a colónia em condições de realizar empréstimos que não sejam destinados a fins reprodutivos, bem localizados? Com que recursos pagaria os juros e encargos desse empréstimo? O que representaria êle de útil para a actividade da colónia, para a agricultura, para a exportação? Iríamos arrancar as magras migalhas que damos hoje aos serviços de fomento, da administração, de ocupação, de saúde, para pagar importações inúteis, para transferir economias que na colónia desejaríamos ver applicadas?

Não é hoje evidente que os empréstimos realizados no passado, para cobrir transferências, actuaram sempre com causas perturbadoras da vida nacional?

Podiam citar-se exemplos numerosos, desde os célebres empréstimos que pelo contrato de 26 de Junho de 1922 o Banco Ultramarino se obrigou a fazer à Colónia (fonte de quasi todos os males, que durante anos afligiram o Banco e a Colónia), até à situação a que tinha sido levado o Banco de Angola, de que só uma forte e severa política de crédito o libertou.

Nesta questão encontrará V. Ex.<sup>a</sup> com frequência quem argumente com tal paixão, que não chegue a distinguir entre a razão séria e inconsistente, entre o argumento lógico e aquele que a si próprio se destroi.

Ainda não há muito tempo, em certo documento afirmava-se, com ar trágico, que estavam «ainda sem remuneração, por falta de transferências e ao mesmo juro, cêrca de 210.000 contos de capitais». A acusação era tremenda. Mas logo três páginas adiante, referindo-se outros cálculos, no mesmo documento se esclarecia que não se incluía o rendimento legítimo dos capitais investidos em Angola, *por que na sua grande maioria não o têm produzido...*

Final, não estavam à espera de transfe-

rência os inexistentes juros dos 210 mil contos... Não perca V. Ex.<sup>a</sup> grande tempo com estes argumentadores.

### *Política indígena*

17. Muito tinha para lhe dizer ainda sobre todos êsses assuntos—que o tempo mal me deixa aflorar. Queria que, ao partir, V. Ex.<sup>a</sup> levasse idéa certa do que, sobre a política e a administração de Angola, o Ministério pensa. Deixei para o fim os problemas que, acima de todos, considero importantes—os da política indígena. E já agora falta-me a coragem, depois de por tanto tempo o ter cansado, de longamente o demorar no seu exame.

Não quero, deixar de lhe dizer que o futuro da colónia depende fundamentalmente da política que nesse campo soubermos applicar. Tenho-o dito em toda a parte e não me cansarei de o repetir. Colonizar é essencialmente tratar do negro. O branco, por agora ao menos, está destinado a ser o dirigente, o técnico, o responsavel. Nos trópicos faria triste figura a trabalhar com o seu braço, ao lado do nativo. Êste é a grande força da produção, o abundante e dócil elemento de consumo que a África oferece.

Para êle têm de ir as mais estremosas atenções: para que seu número aumente, para que a sua saúde melhore, para que o seu poder de trabalho se acrescente com novos conhecimentos, para que o seu bem estar cresça e o nível moral da sua vida se eleve—para que as suas necessidades se multipliquem. Tratando-o como se êle fôsse precioso reservatório de energias, teremos servido melhor do que doutro modo a causa da civilização e feito compreender que, em boa razão, as colónias devem pertencer ao povo que maior civilizador tem dentro de si e não ao mais rico ou poderoso. Do mesmo passo, tornando inatacável a posição do País em face das cobças internacionais, teremos dilatado o património moral da humanidade e aberto à indústria nacional mercados imensos e possibilidades novas de acção.

A saúde do negro deve ser cuidado permanente da administração. Não posso ignorar o muito que nos últimos anos se tem feito; e feia ingratidão seria esquecer os sacrifícios, os trabalhos, a dedicação da brilhante pleiade de médicos que ergueram o já largo edificio da assistência ao indígena. Essa obra tem de

continuar. Do que noutros serviços se puder poupar grande parte deve ser-lhe confiada. Estudando o sistema das receitas da colónia, há muito cheguei à convicção de que não seria, com boa vontade, impossível criar uma taxa sanitária para aplicar em benefício da saúde indígena.

Ao lado dêsse deveria erguer-se o edifício da assistência técnica, agrícola e pecuária. Pouco temos feito nêsse campo; nem a desculpa de que os outros povos colonizadores pouco têm feito também, atenua a nossa falta. É preciso ganhar agora o tempo perdido—acelerando a marcha no caminho de ensinar o negro a trabalhar, dando-lhe os meios de o fazer e obrigando-o a tanto. A preguiça não entra nos direitos do indígena. Mal estudado está o problema entre nós e é bem evidente que não poderemos lançar-nos na sua resolução sem o termos esgotado. Mas, depois, não devemos hesitar: vendendo mais, poderá o indígena comprar mais.

Por tôdas as formas, cumpre-nos aumentar as necessidades do negro. Afinal, nisto consiste a civilização. Cada necessidade nova—no vestuário, na alimentação, nos objectos de uso comum—que o preto adquira, terá repercussões felizes no comércio e na indústria. Do papel que as Missões podem desempenhar para êsse fim já falei: nêle está, verdadeiramente, a sua importância como força colonizadora.

As obas Públicas de interêsse indígena têm de constituir preocupação constante das nossas autoridades. É preciso que as olhem com carinho—como se de obra que de perto respeitasse à população branca se tratasse. Não deixe V. Ex.<sup>a</sup> que se descuide êsse aspecto da administração.

Ouso indicar-lhe um problema que não pode adiar-se por mais tempo:— a organização das populações indígenas. Estabelece a Reforma Administrativa as regras que devem presidir ao seu recenseamento. Têm de cumprir-se. Isso importa tanto à regularidade da administração como à defesa do território.

E para enobrecer o seu Governo—castigue duramente todos os que contra o negro praticarem violências inúteis; Proteja-os contra tôdas as formas de opressão—venham de onde vierem; e defenda-os também contra os vícios que herdaram e a que não sabem fugir e que são hoje os mais implacáveis inimigos da raça.



Demais tenho prolongado esta exposição. Mais do que a V. Ex.<sup>a</sup> dirigem-se as minhas apagadas considerações ao público, que pelas questões coloniais se interessa.

Não quis perder a oportunidade que a posse de V. Ex.<sup>a</sup> oferecia, para falar da situação de Angola. O meu amor por tudo o que lhe respeita levou-me talvez muito longe. Posso apenas afirmar que fica esboçado o que tinha para dizer.

Agora, senhor governador, vai V. Ex.<sup>a</sup> por longos trabalhos, ter ocasião de nos provar, que sente desvêlo igual. Ao entregar-lhe o Governo de Angola, anima-me a convicção sincera de que V. Ex.<sup>a</sup> será ali o tradutor sincero do pensamento do Governo, o defensor dos princípios que o guiam e o seu fiel executor—o homem que, com fé persistente, saberá conduzir a Colónia, dentro de inalterável fidelidade à Pátria comum, à paz dos espíritos, à prosperidade, à justiça.

---

## Cruzeiros de Férias às Colónias

POR F. ALVES DE AZEVEDO

**F**OI com verdadeira alegria que soube da organização de um Cruzeiro de Férias às Colónias. A iniciativa que partiu da revista «O Mundo Português»—admirável publicação editada pela Agência Geral das Colónias e pelo Secretário da Propaganda Nacional—que o Sr. Ministro das Colónias fundou e sempre tem estimulado com

um carinho particular não só na sua orientação como até mesmo na qualidade de colaborador—é sem dúvida a lógica consagração do seu esforço e do valor de uma propaganda séria, activa e bem orientada.

Revista de arte e literatura coloniais ela quer levar o maior número de estudantes e professores até às Colónias para fazer dêles

outros tantos propagandistas das excelências do Império ao mesmo tempo que pretendendo desenvolver a mentalidade imperial, tantas vezes definidas com superior brilho pelo Sr. Dr. Armindo Monteiro, pensa alargar desta maneira o gosto pela arte e literatura exóticas.

E assim procurando realizar êsse intento propõe-se conseguir impossíveis.

Na verdade uma viagem como a que se planeia levar a efeito, indubitavelmente de cultura no mais nobre sentido da palavra, em que professores e alunos vão acamaradar, uns para se documentarem outros para se esclarecerem, parece um projecto quixotesco insusceptível de realização nos tempos que vão correndo.

Entretanto «O Mundo Português» não desiste; está convencido que os ensinamentos que é necessário revelar a Portugal trazem a confiança nos destinos da Pátria e na própria actividade ao mesmo tempo que demonstram de uma maneira decisiva a vitalidade indestrutível do Império; e que isto e razão por si só bastante para lançar a ideia e pô-la em prática. Semelhante empreendimento cujo valor é evidente desnecessita com efeito qualquer outra justificação.

Dominado por uma febre patriótica de propaganda, «O Mundo Português» inicia com os cruzeiros de férias às Colónias uma das melhores campanhas o favor da cousa colonial que se tem feito até hoje no nosso país. Começa a ser urgente a destroçar de vez êsse fatalismo lusitano que entre nós se generalizou nessa lógica de lata de chocolate de que as colónias são apenas renques de altas palmeiras à sombra das quais repousam languidamente muitos pretos profundamente aborrecidos.

Paz que reina há anos em todo o Império trouxe cêdo os seus benefícios. Os caminhos de ferro, o automóvel, a aviação, a T.S.F. transformaram radicalmente todo o panorama da vida colonial.

É esta transformação que importa revelar por todos os meios ao nosso alcance, e nenhum é melhor que a observação directa, porque ela é de molde a interessar pelo Império aqueles que de qualquer modo possuem em si qualidades susceptíveis de se valorizarem no ultramar; e porque nela reside de facto toda a existência e prosperidade da Nação.

Disse o Sr. Dr. Oliveira Salazar num dos seus discursos: Portugal e o seu Império de além mar são um só corpo territorial e polí-

tico, feitos pela história de séculos no globo para assegurarem a independência a expansão a actividade económica e o inter-câmbio do primeiro povo que foi procurar com duros trabalhos e sacrifícios nos oceanos e mundos novos o complemento da sua acanhada séde europeia. Impõe-se aos portugueses de hoje com a força das suas tradições com o poder da sua gente empreendedora com a justa aplicação dos seus capitais e do seu crédito com a coordenação das suas produções agrícolas e industriais, conservar e desenvolver a sua integridade geográfica na Ibéria na África e no Oriente.»

Êste programa de acção admiravelmente traçado pelo ilustre presidente do Ministério precisa de ser efectivado. «O Mundo Português» com os seus cruzeiros de férias—o melhor meio ao seu alcance—propõe-se iniciá-lo desde já.



O primeiro cruzeiro em projecto durará 50 a 60 dias e terá lugar durante as férias escolares de Agosto e Setembro com escalas pela Madeira, Cabo Verde ou Guiné, S. Tomé e Príncipe e Angola e paragens em diversos portos; incluirá visitas a propriedades agrícolas, uma viagem de 400 quilómetros no caminho de ferro de Benguela além de excursões de estudo a vários pontos, recepções, conferências a bordo conforme programa e itinerário que supomos estão sendo elaborados.

No intuito de premiar os estudantes que o mereçam a direcção dos cruzeiros de acôrdo com a Junta de Educação Nacional oferecerá várias passagens gratuitas e outras com grande redução a alunos dos liceus do continente e ilhas adjacentes. A inscrição a preços incrivelmente baratos está aberta segundo informa «O Mundo Português» até ao próximo dia 15 de Abril.



Auxiliados por uma exposição de produtos metropolitanos a bordo do navio em que vão realizar-se os cruzeiros de férias, empreendimento que pode considerar-se notável, de-certo estreitará ainda mais se possível as relações entre a metrópole e as colónias permitindo a centenas de indivíduos que até agora faziam uma ideia pouco clara do Império um melhor contacto com êle e com as suas realidades esplêndidas.

# O algodão colonial português e o Comércio importador

## Uma representação dos importadores de algodão em rama

A Comissão delegada dos importadores de algodão em rama entregou a S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente do Conselho, Ministro das Finanças, do Comércio e das Colónias e Presidente do Conselho Corporativo, uma representação que transcrevemos pela importância que tem o que nela se afirma e pela importância que o algodão reveste para as economias metropolitana e colonial.

Concordamos com a pretensão dos importadores, desejando que os seus interesses harmónicos com os da grei sejam defendidos como é natural e é de esperar dum govêrno que no sentido do estreitamento de relações entre a Metrópole e as Colónias tão vasta obra já tem realizado.

**EXCELÊNCIAS:**—Os importadores de algodão do País, reunidos no Porto, onde têm todos a sua praça e residência, solicitaram do Govêrno, em fins de 1934, por intermédio do Excelentíssimo Ministro do Comércio e Indústria, baseados no decreto-lei n.º 23.049, a sua constituição em grémio nacional, com atribuições reguladoras e fiscalizadoras do seu importante ramo de comércio.

O pedido assim formulado parece ter encontrado algumas reservas, que merecem o nosso maior respeito, nascidas certamente não só da complexidade do problema, mas também da relutância que o Govêrno poderá sentir em entregar totalmente aos próprios interessados a limitação e condicionamento das importações de matérias primas, como o algodão em rama, que, nas mãos da classe intermediária, poderia constituir um monopólio disfarçado e tornar-se objecto de uma alta artificiosa de preços, perturbadora do justo equilíbrio económico e social que o Estado Novo e o Govêrno de Vossas Excelências pretendem assegurar.

Os importadores de algodão em rama, em nova representação dirigida a Sua Excelência

o sr. Ministro do Comércio e Indústria, explicaram as suas intenções, explanaram os seus propósitos e protestaram o seu sincero desejo de colaborarem com o Govêrno na obra de paz social que tem sido seu incansável programa, mediante a organização da sua classe e a indispensável regulamentação da sua actividade.

Esse mesmo protesto vem reiterar hoje perante Vossas Excelências pedindo de novo ao Govêrno que os dote com uma lei especial, de livre concepção governativa, que seja ao mesmo tempo a garantia do seu trabalho honesto e a regra obrigatória que submeta aos indispensáveis preceitos técnicos todos os que em Portugal exerçam ou venham a exercer êste comércio e que obste a quaisquer tentativas ou tendências de desvio do espírito corporativo que, por qualquer circunstâncias, possam vir a manifestar-se dentro do seu grupo económico.

Os importadores de algodão, como se explica nas anteriores representações que enviamos a Vossas Excelências, não exercem uma função parasitária junto da indústria algodoeira. Como sucede em todos os países, a indústria não importa, o importador ou fornecedor não fabrica, e é tão importante, melindrosa e difícil a nossa função, tão exigente de condições financeiras, aptidões técnicas e capacidade profissional, que nos orienta e regula um verdadeiro código internacional — as regras de Liverpool — («Rules and Forms of Contracts of the Liverpool Cotton Association») de cuja complexidade e rigor nos não podemos afastar. Mas torna-se necessário e urgente oficializar essas «Regras» em Portugal, que é um dos raros países produtores e consumidores que não tem legislação própria do alto comércio do algodão.

Passa por nossas mãos e depende de nós,

ainda, a mais quantiosa soma de importações de matérias primas adquiridas no estrangeiro,

A alta especialização d'este comércio no exterior e no interior, entendem os impetrantes que deve corresponder no Estado Corporativo, orientado pelos princípios da economia auto-dirigida, mas superiormente coordenada pelo Governo, um estatuto especial, também, e na ordem geral dos interesses da Nação, uma regra que satisfaça os interesses legítimos dos importadores, mas que os integre no conjunto dos interesses nacionais que o Governo, pela sua acção, unifica num superior conceito de justiça nacional e social.

«O âmbito da acção dos grémios varia segundo as exigências especiais de cada forma de actividade», reconhece o Estatuto do Trabalho Nacional.

Não é ilógico, portanto, pedirmos que a nossa actividade seja regulada por uma lei própria, condicionada pelo critério de «coordenação dos elementos interessados no conjunto económico que o Governo definir como o mais conforme com o interesse colectivo».

Se não puder ser aceite o nosso alvitre de um grémio da classe com as atribuições reguladoras da importação e do comércio do algodão, o que, neste caso, seria de facilímo contróle governativo, que o Governo crie o organismo regulador que mais conveniente julgar para salvaguarda dos interesses gerais.

Tudo aceitaremos de bom grado, porque nenhum favoritismo solicitamos, nenhum privilégio suspeito pretendemos.

O que pedimos é uma regra que «evite estabelecer-se entre nós mesmos uma opposição prejudicial ou uma concorrência desregrada» que nos podem levar num instante, com o nosso crédito, todo o produto do nosso atuado e difícil trabalho de muitos anos, e que nos permita «realizar os justos objectivos da sociedade e de nós mesmos, promovendo ao mesmo tempo a formação e desenvolvimento da economia nacional».

Fez o Governo um apêlo às actividades económicas da Nação convidando-as sempre e obrigando-as, até, em alguns casos, a entrar na organização corporativa.

Vimos ao apêlo do Governo e acorremos ao chamado espírito da sua legislação, para gosarmos dos direitos que ela nos confere e para cumprirmos lealmente os deveres que ela nos impõe.

Desagregados até aqui, prejudicando-nos mutuamente numa luta inglória, reunimo-nos

e unimo-nos. Um espírito novo de cooperação e de concórdia nos anima. Mas o nosso entendimento voluntário não basta para manter o prestígio da classe à altura do necessário para nos impormos como uma força nacional perante as grandes organizações de Liverpool, Nova-Iorque. Nova-Orleans, Havre, Bremen, Alexandria, nem para assegurar a regularidade da marcha dos nossos negócios sujeitos a toda a hora a inúmeras contingências e a todo o instante sujeitos à perturbação causada por qualquer elemento divergente ou superveniente, eivado de excessos de ambição ou demasias de individualismo ou erros de orientação ou vícios de vontade.

É indispensável uma regra imposta pela força coerciva e coordenadora do Governo. É isso que pedimos instantemente ao Governo pois só o Governo a pode determinar.

Mas, ainda, Excelências, a nossa união condicionada por lei e a nossa lei privativa podem ajudar a resolver um dos mais importantes problemas da nossa economia comercial e da nossa economia colonial, solidárias num superior interesse cuja visão sinceramente nos domina.

Ao incremento da cultura do algodão nas nossas colónias corresponderá automaticamente a diminuição dos nossos pagamentos oiro ao estrangeiro.

Desejamos ardentemente concorrer para se realizar este grande, este patriótico «desideratum» já clássico na nossa política económica colonial e externa.

Nos últimos tempos o algodão colonial português tem-se apresentado de uma forma superior, digna do nosso melhor elogio, satisfazendo todas as exigências, competindo com as melhores categorias estrangeiras.

É uma revelação, uma consoladora surpresa para nós próprios que satisfeitamente registamos. Mas esse algodão é pouco e a sua colocação encontra ainda dificuldades por força da concorrência dos algodões de outras procedências e do hábito inveterado que a estes concede, já hoje injustificadas preferências.

Pois bem, Excelências: a organização legal dos importadores de algodão poderá e deverá assentar exactamente na base da obrigatoriedade da colocação do algodão colonial no mercado português.

Não chega hoje a 10.000 contos a produção nacional. Deverá aproximar-se de 180.000

contos, no ano decorrente, a importação total do algodão em rama.

Que as Colónias produzam! que o talento de Vossas Excelências se exerça à vontade no campo vasto do plano de fomento desta prometedora cultura colonial e que o nosso Ultramar duplique, triplique, multiplique à vontade a produção algodoeira que, pela nossa organização, a Metrópole lhe tomará tôdas as suas colheitas.

Publicada uma lei reguladora, Portugal não precisará mais de conferir prémios de cultura nem de se embaraçar a procurar mercado ou a lutar nos mercados para colocar o seu algodão colonial.

O oiro da Metrópole, em vez de fluir para o estrangeiro que egoisticamente se recusa a admitir ou favorecer os nossos produtos, reverterá para o nosso Império africano e lá poderão as nossas indústrias e as nossas produções metropolitanas encontrar já a compensação desta atitude dos governos e mercados europeus e americanos que julgam ter submetido Portugal a uma eterna dependência!

Levará tempo, infelizmente, a conseguir-se este ansiado incremento do algodão colonial, esta desejada canalização do nosso oiro para a Terra de Promissão do nosso Império, esse fluxo do produto do labor nacional que hoje o estrangeiro nos arrebatava e que nos abriria novos horizontes ao intercâmbio da Metrópole com as suas Colónias.

Mas não há tempo a perder na organização, de um plano que deve dar e tem de dar, necessariamente, frutos preciosos.

O momento é oportuno para a reforma da orientação do nosso comércio algodoeiro. Seria oportuno para se criar, até, o Instituto Nacional do Algodão ou a Corporação totalitária da nossa actividade algodoeira.

Aproveite o Governo esta oportunidade que a todos nós pode fugir amanhã. Não precisam os ilustres Homens Públicos que se sentam nas cadeiras do Poder dos nossos incitamentos, que Vossas Excelências perdoarão.

Mas a verdade é que nós sentimos neste momento aquêlê fervor patriótico, aquêlê vocação íntima que diz a um Povo que é chegado o instante da realização dos seus altos desígnios.

Harmonisa-se admiravelmente nesta hora o nosso interesse particular com o interesse da nossa classe, com o interesse mais amplo do nosso grupo económico, com o interesse

geral do Estado e da Nação, com o superior interesse social da Nacionalidade.

Uma lei a mais, idêntica nos seus propósitos a tantas já publicadas pelo Governo para disciplinar outras actividades e resolver alguns dos nossos grandes problemas económicos, uma lei mais, relativamente simples, aliás, de bom-grado acolhida e veemente desejada, e resolverá todo este grande problema, dando orientação a um sector económico hoje desordenado e anárquico, cheio de contingências e perigos para quem nêle trabalha e cuja ordem interessa ao nosso próprio crédito e prestígio nos grandes centros comerciais estrangeiros.

Falamos com uma veemência que Vossas Excelências hão-de ter a bondade de nos desculpar, porque ela nem é imprudente nem menos respeitosa; é uma maneira própria da consciência de que estamos possidos, da lisa, limpa, sinceríssima intenção que nos anima, da fé absoluta que temos no programa que a nós mesmos traçamos.

Não pretendemos um monopólio, não queremos provocar uma alta de preços, não desejamos prejudicar nenhuma classe, em tudo nos submetemos ao critério e à fiscalização do Governo, porque nada reecemos, pois não temos fins ocultos; pedimos apenas, uma disciplina que seja a garantia do nosso honesto trabalho, que nos coloque ao abrigo das anomalias que surgem em todo o comércio no regime de desordenado concorrência; sujeitamo-nos à limitação rigorosa de lucros imposta pelo Governo e a todo o seu controle e prestamo-nos a colaborar com o Estado na execução de um programa eminentemente nacional como é a economia do oiro e o fomento da nossa riqueza colonial.

Esperamos do Governo e solicitamos de Vossas Excelências Senhor Presidente do Conselho de Ministros, Ministro das Finanças e Presidente do Conselho Corporativo e Senhores Ministros do Comércio e Indústria e das Colónias, que por fôrça dos seus elevados cargos se dignem resolver favoravelmente a pretensão que apresentamos perfeitamente integrados no espírito da vossa obra governativa a que rendemos uma justa e patriótica homenagem.

*A Comissão-Delegada dos Importadores de Algodão de Portugal*

*F. Rocha Gonçalves  
Arnaldo Guimarães  
Arlindo Begonha  
Fernando Sousa Oliveira*



# Página literária

**N**O século das realizações científicas só em face de uma grande benevolência podem os que fora da astronomia se ocupam humildemente das regiões etéreas, iniciar considerações sobre Céus Pátrios e Céus distantes.

Mas quem nas vagas intermitências de um trabalho honesto — que o mesmo é dizer extenuante — usa descansar mais a vista no Céu luminoso, que na terra enlameada de ambiciosas lágrimas da humanidade insatisfeita, é naturalmente atraído pelo encantamento da abóboda celeste.

E de olhos extasiados, como pela própria essência do entendimento, que é na sua espiritualidade espontânea, o mais vivo lampejo da inteligência a esclarecer a razão, acaba por ver tudo através dêsse azul infinito.

Visão imerecida ou ponto de vista fantástico, o seu interesse — por mais curioso que o mundo se apresente — fixa-se mais logicamente nos astros e nas miragens que o coroam.

Por isso, ao visar um primeiro plano, o pátrio Céu distante da África portuguesa, enquanto os escritores célebres clamam vigorosamente em descrições flagrantes as selvas, e

## Céus Pátrios e Céus Distantes

POR BERTA LEITE

as duras campanhas da colonização, — enquanto os governos tiram a prova real da mais benéfica acção política por estatísticas e relatórios, se murmurará baixinho esta oração a êsse pedaço de infinito puríssimo, polícromo e enciclopédico.

A terra que êle

abriga mais que a qualquer outra, se parecer dirigido a Parábola de Jesus — tal como a conta o Evangelho de S. Lucas:

«Saíu o que semeia a semear a sua mente; e enquanto semeava uma parte caiu «junto ao caminho, foi pisada e as aves do «céu a comeram.

«Outra caíu sobre um pedregulho e havendo nascido se secou, porque não tinha «humidade.

«Outra caíu entre espinhos e nascendo os «espinhos com ela a sufocaram.

«Outra caíu em boa terra e nascendo deu «fruto a cento por um.»

ESTAS COUSAS DIZENDO CLAMAVA:

«Quem tem ouvidos de ouvir, ouça:

E OS SEUS DISCÍPULOS LHE PERGUNTAVAM O QUE QUERIA DIZER ESTA PARÁBOLA.

AOS QUAIS JESUS RESPONDEU:

«A Vós foi concedido conhecer o mistério «do reino de Deus; mas aos outros em parábolas para que vendo, não vejam e ouvindo «não entendam.

«É pois esta a parábola:

«A SEMENTE É A PALAVRA DE DEUS.

«A que caiu junto ao caminho significa «aqueles que a ouvem depois vem o demónio «e tira a palavra do seu coração, para que «não suceda que crendo se salvem.

«Quanto à que caiu sobre o pedregulho, «significa aqueles que tendo ouvido recebem «com gosto a palavra; estes não têm raízes, «porque até certo tempo crêem, e no tempo «da tentação voltam para trás.

«A que caiu entre espinhos estes são os «que a ouviram, porém indo por diante, ficam «sufocados pelos cuidados, riquezas e delícias «da vida e não dão fruto.

«Mas a que caiu em boa terra, estes são «os que ouvindo a palavra com bom e óptimo «coração a reteem, e dão fruto pela paciência.»

Assim, Portugal descobridor, lançou à África, evangelizada a semente da palavra de Deus.

Mas não atentando na explicação da Pa-

rábola, deu lugar a que outras sementes contrárias aos mandamentos da Lei fôsem também arremessadas à incrível fertilidade do seu solo.

Diminuidas portanto as possibilidades de uma boa directriz, o seu destino oscilou demorada e perigosamente sobre o abismo.

À própria efervescência da Pátria revolvida pelo «Ultimatum» se vieram juntando incompetências e desleixos políticos em alegre e criminosa camaradagem com as barbaridades espirituosas dos intelectuais desnacionalizados pelo snobismo da alta cultura cosmopolita.

Desdenharam-se os assuntos coloniais, como se a sua vitalidade não pertencesse à da Nação, com o seu maravilhoso Activo de Heróis e de Exploradores.

Quem de olhos postos no Céu distante da África Pátria, lhe conservar persistente e carinhosa atenção, escutará o avisado parecer da sua mais legítima aspiração:

«Quando diluídas as dissensões partidárias, todos os Filhos de Portugal abraçarem «a Verdade magnífica do Império Colonial, «então a semente caída em boa terra, dará «fruto a cento por um.»

## LITERATURA COLONIAL

### Os Concursos de Literatura Colonial visam ou não à Propaganda Colonial?

PELO TENENTE MÁRIO COSTA

**N**UM muito interessante artigo intitulado «Algumas considerações sobre o futuro económico da Guiné Portuguesa» da autoria do Sr. Tenente Coronel Leite de Magalhães inserto em «Portugal Colonial» de Outubro do ano passado e que só há pouco me foi dado ler, vem umas muito justas e cabidas referências ao livro *Auà*, 1.º prémio de Literatura Colonial de 1934.

Tem razão o Sr. Tenente Coronel Leite de Magalhães: de facto, todo o livro cheira a bode!

Infelizmente, o júri do Concurso de Literatura Colonial chancelando-o com o 1.º prémio, ainda que por maioria de votos, o mesmo fez que colocar-lhe um distico reclamativo onde, em grandes letras, se dissesse: lêde!

Deve notar-se que, os livros da chamada *Literatura Colonial*, destinam-se principalmente a serem lidos pela gente môça.

E, de facto, *Auà*, para gente môça, é o que pode chamar-se um *ovo por um real*, pois, nenhum rapaz — e todos passámos já por lá! — repudia leituras lascivas que mastiga às escondidas dos pais ou dos mestres como aperitivo... ideológico.

Enfim, com o maior assombro de tôda a gente e, notoriamente, daqueles cujo labor intelectual costuma ser dedicado às colónias, à sua propaganda e consequente divulgação, *Auà* teve o que teve: o 1.º prémio!

Obra de carácter lascivo desde a capa, onde apresenta, e nem outra coisa era de esperar, uma mulher nua — aqui é que cabia o

tal bode! — trabalho doentamente libidinoso, uma espécie de livro de aventuras do P.<sup>o</sup> Casanova traduzido para preto, tem merecido a mais veemente e séria crítica da imprensa portuguesa, muito em especial, e logicamente, da imprensa colonial.

Uma e outra, sem discordância, manifestaram o maior e mais unânime desacôrdo pela concessão daquele 1.<sup>o</sup> prêmio.



Algumas passagens a seguir transcritas, (1) dirão ao leitor que, porventura ainda a não tenha lido, o que é a obra.

Quási à sorte: das páginas 8, 9 e 10:

Da página 8:

A alemã, entrando no quarto, deitou-se languidamente num *corner* coberto de almofadões coloridos.

— Malan, traz-me as meias.

E, vagarosamente, foi despindo o roupão.

Estava nua.

.....  
O criado cada vez mais atônito com a excentricidade da branca despiu a camisa.

.....  
Ajoelha-te aqui, — ordenou *Frau Wrede*.  
Um fluído de erotismo unia-os agora.

.....  
O criado sentiu o hálito quente e a respiração opressa da branca acicatada pelo desejo mórbido da carne.

.....  
... O *fula* quedou-se um momento pensativo e incrédulo.

Depois fitou Malan, curiosamente.

— Conta-me como são as brancas.

Nunca as conseguí ver completamente nuas!

— Não as acho melhor do que as nossas mulheres.

Conhecem, contudo, todos os artifícios do coito.

.....

Da página 140:

... E ambos caíram sôbre a cama.

(1) Parte-se da hipótese que à revista "Portugal Colonial," não lhe repugnará publicar excerptos de um... 1.<sup>o</sup> prêmio de literatura colonial.

*Auà* fechou as pernas. Era o último reduto.

.....

Issilda, com os dentes cerrados e o peito arquejante, bateu-lhe o corpo procurando o *cache-sexe*.

.....

Podia fazer-se a transcrição de outros trechos, de *muitos outros trechos*.

Mas, de tal forma e *realidade* de linguagem todos se encontram bafejados, que haveria possivelmente necessidade de fazer a transcrição de todo ou quási todo o livro para «Portugal Colonial» que, certamente, tem melhor destino a dar às suas páginas.

E o «cheire a bode» já se espalhou demais...



Ora nem a África é um postíbulo onde as mulheres da nossa raça se entregam desalmadamente ao indígena africano nem, à data, há necessidade de fabricar mulatos!

Para o Concurso de Literatura Colonial dêste ano, insere o Diário do Govêrno de 10 de Dezembro do ano transacto (II série), uma cláusula onde se lê *que serão excluídas as obras que contenham descrições poruográficas ou as que possam ser consideradas imorais*.

Ora estas coisas deveriam estar intrinsecamente no critério do júri.

E um júri com *verdadeira mentalidade colonial*, que conheça a África, que saiba por cá se trabalha a bem do Império Português, a bem da grei, a bem da Nação, em terras onde mercê de determinadas e sempre duras condições de clima deveria haver mais tendência para o descanso e onde o trabalho intelectual é, sem dúvida, mais difícil — um júri naquelas condições seria o único aceitável pelo menos para a mentalidade daqueles que veem dedicando às colónias horas monótonas de concentração e aturado estudo, em lugares onde não abundam os livros e menos as bibliotecas.



Impõe-se, pois, uma reparação aos concorrentes do Concurso de Literatura Colonial de 1934. Permitir-lhes concorrer de novo êste ano com os mesmos trabalhos que foram apreenhados ao lado de *Auà*, em 1934 e não obtiveram qualquer classificação.

Auá é que não está, não pode estar por mais voltas que lhe dêem, lido do princípio para o fim on do fim para o princípio, ainda que atenuado ou desculpado, ão abrigo da base do Concurso que é francamente clara quando diz que as obras admitidas devem visar à *propaganda do Império Português, progresso da cultura colonial e desenvolvimento do interesse público pelos assuntos que respeitam às colónias.*



Doutra forma, os *esctores sérios de assuntos coloniais* vêr-se-ão obrigados e cheios de descrença, a escrever no frontispício dos seus livros, em caracteres bem visíveis, êste dístico de desalento, como sinal de muito justo protesto: — «Êste livro não foi premiado no Concurso de Literatura Colonial».

Beira, 4 de Fevereiro, 1935.

## CARTAS DE MOÇAMBIQUE

Entrou em vigor no dia 1 de Janeiro do corrente ano, o decreto que, em harmonia com alínea c, do artigo segundo da Reforma Administrativa Ultramarina, dividiu a colónia de Moçambique em 7 distritos, agrupados em três províncias, sendo primeira, a do Sul do Save formada pelos distritos de L. Marques e Inhambane. Província da Zambézia, formada pelos distritos da Beira, Tete e Quelimane. Província do Nyassa, formada pelos distritos de Moçambique e Porto Amélia. As sedes são a da primeira, em Lourenço Marques, a da segunda na Beira, e a da terceira em Nampula. Em quanto porém durar a administração da Companhia de Moçambique, os serviços da sede da província da Zambézia, ficarão em Quelimane.

Esta idéa da divisão da Província não é nova: germinou primeiramente no cérebro do grande estadista, Júlio de Vilhena, quando em 1891, ou seja um ano depois do ultimatum de Inglaterra, sendo Ministro da Marinha e Ultramar (como então se chamava a actual pasta das Colónias) reconheceu a necessidade que havia nessa divisão, visto a área da Província de Moçambique, ser 9 vezes maior do que a de Portugal, com uma superfície de 780.000 quilómetros quadrados, e uma fachada de costa de 2.300. (1).

(1) Na Nossa segunda edição das Cartas da Senhoria, e depois em vários artigos, defendemos sempre tal divisão.

Para electivar essa divisão, Júlio de Vilhena publicou em 30 de Setembro do mesmo ano, um decreto pelo qual a Província de Moçambique, ficaria sendo denominada, «ESTADOS DA ÁFRICA ORIENTAL». Superiormente, seria administrada por um alto comissário, nomeado por três anos, escolhido entre todos os funcionários da Província, civis e militares, que melhores provas tivessem dado da sua competência, zelo, aptidão e conhecimentos da colónia, e nunca políticos ou seus epañiguados.

Reconhecia-se já a nefasta interferência da senhora política, em assuntos coloniais, por nós sempre combatida.

Se em 1891 ou seja há 44 anos até hoje, já era reconhecida a urgente necessidade, da divisão da Província (então em duas, Norte e Sul), hoje pelo grande desenvolvimento que a Colónia tem tomado, e com a incorporação dêsse imensos territórios do antigo Cabo Delgado, depois Companhia do Nyassa, na Administração do Estado, muitíssimo bem andou, o actual titular da pasta das colónias em, a dividir em tres.

Com ela o Estado, e todos têm muito a lucrar: facilmente se compreende que quanto menor for uma área a administrar, mais facilidade haverá em a conhecer, em a estudar, em a percorrer, ouvindo os seus interessados, a fim-de a poder dotar com os melhoramentos, que o progresso e a civilização nos impõe.

De todos, são sobejamente conhecidas as grandes dificuldades que os Governadores Gerais, modestamente instalados na Ponta Vermelha, encontravam, e o escasso tempo, de que podiam dispor, para tratarem de assuntos de interesse local. Isto, ainda aliado às condições excepcionais que ligam a Província a União Sul Africana, quasi os obrigavam a permanecer no sul, não podendo dispor de tempo, para vencerem a grande distância que os separava do Norte, onde assuntos de tanta importância havia a tratar, e resolver.

Muito, muitíssimo mesmo, se tem trabalhado, nestes últimos anos, nesta tão rica e vasta Província de Moçambique. Só quem como nós, viu há mais de 4 décadas, o que eram então as cidades de Lourenço Marques, e Beira (a início) e, vê hoje o florescente estado em que se encontram, com magníficos edificios, avenidas esplendidas, uma população sempre crescente, com os seus portos apetrechados com os mais conhecidos melhoramentos modernos, e uma navegação extraordinária, fazendo a inveja dos portos do Sul, é que poderá ajuizar do que temos feito.

Com esta divisão, deverá acabar o envio constante de fundos, que a Zambézia e o Norte, constantemente enviavam para Lourenço Matques, com manifesto prejuizo das suas mais urgentes necessidades locais, onde eram empregados em melhoramentos, que mais iam beneficiar estranhos, do que a própria Província.

Hoje o rendimento das novas províncias, pagas as suas despesas, deverá ser empregado no que mais urgente haja a fazer, apetrechamentos dos portos, cais acustáveis, linhas férreas, novas estradas, etc., etc.

Mas, há sempre um eterno mas, em tôdas as cousas, quando os territórios administrados hoje, pela Magestética Companhia de Moçambique, passarem para administração directa do Estado, e a sede da Província da Zambézia, passar para a Beira, não se reconhecerá então a necessidade de ser creada uma quarta província?

Sem querermos ser profeta, lá diz o adágio «ninguém o é na sua terra», opinamos tal.

Carungo, 31/1/1935.

FRANCISCO G. DE LACERDA.

# DA IMPRENSA

IMPRENSA  
ESTRAN-  
GEIRA

# T R A N S

**N**O momento actual em que se está tratando de se conseguir fazer dar um passo de gigante ao indígena congolês pelo «aldeamento» e em que se debate ao mesmo tempo a questão—lão discutível—do povoamento branco em certas regiões do Congo, é útil julgo eu, perguntarmos-nos qual é «a política indígena» que o nosso governo tem seguido até à data, e qual é a que devia seguir.

Pergunta evidentemente importante e delicada ao mesmo tempo, pois conforme a «maneira» empregada, o resultado final será completamente diferente.

Temos, felizmente, a sorte de ter neste momento à testa da Colónia um Governador Geral que conhece perfeitamente o assunto, e que o define no seu livro «A Política Indígena» com uma clareza e uma compreensão prática que não temos encontrado em nenhum dos seus antecessores.

É com o reflexo dessa clareza que queremos examinar aqui a questão da «Política Indígena». Mr. Ryckmans resume, os dois métodos que se afrontam para realizar esse ideal: civilizar o Congo.

Esses dois métodos são: a assimilação e a evolução; numas linhas define, cada uma dessas duas políticas. Como muito acertadamente o diz, o Estado Independente do Congo, escolheu a política de assimilação, cuja imatriculação era o resultado normal da obra civilizadora.

Esta política faliu.

Digamos para defeza daqueles que a praticaram que essa política assim feita, parecia impôr-se pela época.

Que se sabia dos indígenas, das suas mentalidades e dos seus costumes? Aqueles que se encontraram diante dalguns materiais ordinários que nenhum cimento parecia consolidar, que não dispunham de bases instáveis, não podiam sonhar em as empregar na construção dum monumento novo. Quiseram portanto arrazar tudo para construir novamente.

Mas o método de acabar com velhas instituições ou preconceitos não é um sistema de educação. A assimilação pecava por isto: desconhecia as tradições, os costumes e a mentalidade dos indígenas, como se estes pudessem despojar-se benévola e das características parti-

culares que distinguem as raças. Quando reconheceram a impossibilidade de refazer tudo—sem tomar em conta o passado—por previsão inquieta dum futuro ameaçador, pensaram no sistema de adaptação: servir-se das concepções existentes para enxertar idéas novas, respeitar tudo o que se pode respeitar dos costumes, desenvolver a mentalidade no sentido próprio da raça, ajudar os indígenas sem os obrigar, fazê-los conservar a sua linguagem, a sua literatura e a sua arte.

Esta era, e é ainda o nó do problema que não conseguimos ainda desfazer, pois até hoje, nenhum dos dirigentes da política indígena congolês, pode ainda distinguir, entre aquilo que deve ser conservado e o que deve ser substituído.

E é assim que vemos os «teóricos» discutir as resoluções mais graves, sem tomar em consideração, os avisos dos «práticos». Resulta do: indecisão e arbitrariedade nas direcções (ou despotismo), arranco em sentido oposto, em lugar da ordenação nos esforços perdas de tempo, e em vez duma marcha para a frente segura e firme, regulada e contínua—contradição, desorientação, demora e confusão.

Diante de semelhante situação, os indígenas não sabem já o que acreditar. Não compreendem nada das coisas contraditórias que ouvem: «queremos conservar-vos tudo quanto vos pertence e faz a vossa vida, usos e organização familiar e social, tradições...» disse-se-lhes. Mas... deveis principiar por vos inclinar perante as exigências da nossa própria organização administrativa, as nossas instituições familiares, e sociais, as nossas empresas comerciais, industriais e agrícolas.

O exemplo da introdução projectada da propriedade individual da terra, é significativa a este respeito. Esta reforma não é nem adaptação, nem evolução, é ainda assimilação. Se o governo quer impôr semelhantes concepções, mais valia que decidisse fazer «administração directa», os indígenas saberiam ao menos, a que ater-se. Porém, só quando se chega a prática das coisas, é que se percebe quanto é superficial o acôrdo do «civilizador», com o «civilizado». Este acôrdo, é julgado pela maioria dos europeus, pelas adesões exteriores dadas pelo indígena, quanto as reacções, as contradicções interiores que

(Conclui na pág. 20)

# COLONIAL

# CREVE-SE

# IMPRENSA PORTU- GUESA

**A**LVES de Azevedo é um caso novo nas letras portuguesas. Tenta estabelecer uma doutrina crítica, apoiando-se na sua cultura, que é já vasta, e no seu poder analítico, que é singularmente penetrante. Muito lido nos escritores ingleses, a sua educação intelectual ressent-se disso, com todos os defeitos e virtudes peculiares a essa literatura, nem sempre adaptável ao nosso meio. Como ensaísta deu já as suas provas. Dois volumes marcam a sua cota geométrica mental: Figuras contemporâneas, apontadas em traços incisivos, mas sem crueldade, e Problemas do século XX, larga exploração visual dos acontecimentos estéticos e literários do nosso tempo, com referências que demonstram uma cultura servida por um claro pensamento.

Alves de Azevedo não nos deu, porém, ainda a medida exacta do seu valor. O individuo literário está ainda em formação embora fecundo de promessas. Nas horas vagas da crítica faz romances.

O seu Caso Singular, curioso, exótico, tem o valor dum documentário. Alves de Azevedo procurou fugir às regras consagradas do romance esquecendo-se, porém, de criar, ou, pelo menos, de apontar outras.

No entanto, algumas das personagens do Caso Singular são magníficas como «corde» psicológico. O seu depoimento, apesar de restrito, é interessante porque marca uma tendencia: a literatura colonial, que só recentemente conquistou direitos de cidade.

—Quais as características da actual literatura portuguesa?

—A pergunta supõe a existência dum facto de que duvidamos. Haverá realmente em Portugal uma literatura? Parece-nos que não. Cuidamos serem meras expressões de imperiosa necessidade de comunicação os poucos escritores verdadeiramente dignos deste nome que ainda podemos encontrar entre nós.

—É assim tão pessimista?

—Um aspecto entretanto de actividade literária em Portugal merece a nossa particular atenção por ser inutilmente revelador dum renascimento português que já expulsou vitoriosamente a torpida fórmula da «apagada e vil tristeza», de vergonhosa memória: essa obra de puro e generoso nacionalismo que os escritores coloniais como Henrique Galvão, Carlos Selvagem e outros andam em-

penhados em realisar.

«Em verdade não nos parece que a crítica em Portugal quasi sempre demolidora se ocupe devidamente das obras de carácter colonial indiscutivelmente meritórias pois além de pretenderem informar-nos de tudo quanto diz respeito à vida do império tentam também criar uma música que nesta hora de construção se nos afigura indispensável. Esta obra de reedificação nacional em que todos os portugueses de boa vontade andam empenhados, deve obrigar-nos a mudar os nossos rumos literários para que o império possa ser um facto.

—Mas como?

—A propaganda colonial pelo livro que tão mal orientado tem sido entre nós, chegando por vezes a resul-

tar nefasta, precisa que os escritores coloniais imponham cada vez mais a sua opinião que se recomenda pela generosidade dos seus ideais e pela força das realizações reveladas de que o nosso ultramar é um vastíssimo panorama.

«Depois de conquistarmos as colónias precisamos de conquistar Portugal. E afigura-se-nos que é tarefa mais fácil do que parece. Basta que todos os escritores com responsabilidades in-

telectuais se coloquem absolutamente na vanguarda.

«Nós próprios depois da publicação do nosso livro «Problemas do Século XX», sentindo que a força criadora dum são nacionalismo era indispensável à construção do império, não hesitamos em tomar aquela posição certos que só dessa maneira poderíamos ser úteis à colectividade.

«É lamentável, porém, que os escritores coloniais não sejam ainda considerados entre nós como merecem.

«Se nas coisas literárias o snobismo e a moda não fossem epidémicos em Portugal, se o nosso escol, os escritores mais representativos, por exemplo, não consagrassem à França o interesse tão sabido nada justificava o constante aparecimento de livros feitos por receita gaulésa, que de nenhum modo pode ser usada entre nós. Essas pastiches invertebradas são absolutamente inúteis e feitas do lixo que se deposita no espirito de certos constantes leitores da obra de Marcel Proust.

«Para esses escritores esclarecidos não existe o império, e os vários coloniais de envergadura que a civilização ocidental revelou — mórmente em Portugal não pas-

## Panorama Literário Português

### ALVES DE AZEVEDO

entende que a crítica não se ocupa, devidamente, das obras de carácter colonial

Do «Diário de Lisboa», de 22 de Fevereiro de 1935

sam de aventureiros vulgares. A voga de Kipling em Inglaterra e no império Britânico é porventura impossível em Portugal para um escritor português? Seria evidentemente um pouco exagerado dizer que há entre nós desprezo ou sequer perseguição contra os livros ou os autores que tentam mostrar a vida tão patética e tão estética das nossas colónias sobre os trópicos ou sobre o equador.

— Acha que há valores?

— Decerto, mas dispersos; e sobretudo penso que em Portugal com raríssimas excepções a todos os escritores faltam qualidades que se encontram noutros. Se têm imaginação, não têm forma, se são críticos escrevem com canivete. Numa palavra, seria necessário fazer em Portugal o "trust dos cérebros", para se conseguir arranjar três ou quatro escritores completos. A origem disto: uma lamentável falta de inteligência crítica, que de mais, alastra por toda a nossa literatura.

— Quais as formas literárias que lhe parecem mais ricamente representadas?

— Sem dúvida, a poesia. Vivemos num país desesperadoramente lírico. Entretanto muitos dos poetas portugueses são-no, apenas, porque os amigos os convenceram disso. Davam muito melhor noutra forma literária. Também é frequente o contrário.

— A prosa acha-se entretanto muito bem representada e afigura-se-nos que se não fôra a preocupação de fazer "bonito", em vez de humano — tremenda consequência do possidonismo intelectual da maioria dos nossos escritores poderíamos citar muitos valores interessantes.

— Há de facto ambiente que favoreça o fenómeno literário?

— Parece-nos que não. As dificuldades materiais são invencíveis. Se os romancistas — e mesmo assim é preciso que o sejam de certa maneira — ainda encontram um editor, os ensaístas e os poetas têm de se editar à sua custa ou então de viver orgulhosamente sobre meia dúzia de artigos publicados "de graça", aqui e acolá. O analfabetismo é uma triste barreira impenetrável ao melhor estilo.

— Lê-se mais?

— É uma lástima dizê-lo, mas é verdade. Menos, cada vez menos. E o mais grave é, que é justamente quem mais obrigação tem de o fazer que o evita por forma sistemática. Médicos, advogados, engenheiros, etc., são em Portugal frequentemente duma incultura literária aflitiva.

## A POLÍTICA INDÍGENA

(Conclusão da pág. 18)

perturbam o indígena, não parecem interessar nem preocupar ninguém

Mr. Ryckmans, sabe isso tudo: di-lo quando escreve. Para fazer a administração indirecta «é necessário serem dois, e que colaborem». E ainda, «quantos passos falsos se teriam evitado se os representantes do poder ouvissem mais vezes e com mais atenção os representantes dos seus administrados».

No princípio do capítulo de que nos ocupamos, Mr. Rickmans define assim, «a política indígena».

É a arte de fazer aceitar pelas sociedades indígenas, um governo estrangeiro. Colocando-me no ponto de vista do indivíduo, eu dizia: é a arte de educar o indígena de forma que êle possa ser sempre um africano, ao mesmo tempo que se torna um civilizado». E ainda: «a solução do conflito na evolução. Para atingir êsse fim, faz-nos falta conhecer melhor os indígenas, examiná-los e pro-

curar tudo quanto há neles de bom e de mau. Uma boa política indígena, supõe ao mesmo tempo, a experiência dos homens e o conhecimento das suas instituições».

Uma política indígena que não tome em consideração, o factor económico, falharia no seu alvo. Em Katanga, sobretudo, onde os europeus podem estabelecer-se em grande percentagem a causa do clima, a adaptação torna-se mais difícil, porque precisa ainda, fundando-se nas razões políticas e económicas, estabelecer uma colaboração entre o europeu e o indígena.

O problema não reside no trabalho industrial, mas sim no trabalho agrícola. Uma fórmula vaga não poderia solucionar o caso.

Convém também apreciar em toda a sua amplitude as tradições, o passado, o meio indígena, afim de adaptar o trabalho à organização tradicional.

Aqui tocamos de novo na questão do «aldeamento indígena» que expuzemos precedentemente, e cujo organismo arbitrário criticamos, mostrando o perigo duma instauração prematura do sistema em toda a Colónia.

Para terminar cito aqui o trecho do livro de Mr. Ryckmans, que sugere um programa a seguir com «a política indígena», pelo governo.

«Com dinheiro e máquinas, constrói-se um arranha-céus em três meses; mas, para madurecer um simples grão de milho cardeal é preciso todo o sol dum verão inteiro. Civilisar um povo não é obra dum dia, nem duma geração, é um fruto que só pode ser colhido a seu tempo. A política indígena, não é um trabalho de engenheiro, é um serviço de jardineiro paciente — questão de juízo e outro tanto de técnica segura.

Tacto, juízo, sangue-frio, larga e humana simpatia sem contar uma formação profissional sólida para abordar a temível obrigação de dirigir a evolução dos pretos para o progresso. A melhor doutrina não valerá, senão pelo valor e esforço dos homens encarregados de a pôr em prática.

Mr. Ryckmans, é hoje o Governador Geral do Congo. É o homem chamado a dirigir e o pôr em andamento a doutrina que tão bem soube definir e que é a única capaz de assegurar a evolução nacional dos nossos indígenas.

Conhecemos o seu valor e estamos certos que a sua «política indígena» será baseada no conhecimento das tradições e das aspirações do indígena, como também na necessidade duma colaboração do indígena com o europeu.

MR. AUGUSTE VERBEKEN.

## PERFEITO & C.<sup>A</sup>

FABRICANTES E FORNECEDORES DE OURIVESARIA  
PARA A METRÓPOLE, ILHAS E COLÓNIAS PORTUGUESAS

OFICINA:

VILA DE GONDOMAR

ESCRITÓRIO:

Avenida Rodrigues de Freitas, 189

Telefone 6951

PORTO—PORTUGAL



Missões Católicas Portuguesas—Um quadro que dispensa legenda

# COISAS SABIDAS...

Por NUNES DOS SANTOS

Aluno da E. S. C.

**D**URANTE muito tempo tódas as nações coloniais cometeram o erro imperdoável de supôr que a instrução dos indígenas constituía simultaneamente um prejuízo económico e um perigo para a soberania. Admitia-se assim, como princípio indestrutível, que ao negro só podia caber a função "trabalho", desempenhada maquinalmente, automaticamente, de harmonia com as instruções dos que se intitulavam colonizadores. Nesta ordem de ideias se caminhou por largo período, notando-se apenas, aqui ou além, um ensaio, uma iniciativa isolada, em breve posta a ridículo, inutilizada pela rotina destruidora.

É porém interessante notar que, nesse campo, como aliás em muitos outros, Portugal compreendeu admiravelmente a gravidade do problema e os inconvenientes que, em proporções notáveis, poderiam resultar da persistência indefinida da mentalidade rude, acanhada e inculta dos nativos coloniais. Quando grande parte do mundo europeu se encontrava ainda sob o domínio de convulsões políticas de que resultaria, mais tarde, a formação dos diversos Estados, já Portugal, de pendão erguido na vanguarda da civilização, instituiu na Índia as primeiras escolas.

Passaram-se séculos. Aos portugueses foram-se sucedendo, na obra carinhosa e justa de educar povos, os espanhóis, os franceses, os ingleses, os holandeses, etc., todos ávidos de riquezas, cheios de loucas ambições, dispostos, enfim, a colocar em primeiro plano os interesses sagrados do acanhado torrão europeu.

As vantagens de ordem moral e espiritual sobrepuseram-se, por largos anos, as conveniências económicas, então julgadas incompatíveis com a acção, forçosamente lenta e de poucos lucros imediatos, que teria de ser dispendida com a elevação educativa das raças atrasadas.

Mas, à medida que iam fracassando os processos drásticos usados para a exploração intensiva do solo africano; verificada a impossibilidade de fixar, larga e permanentemente, o elemento europeu, em regiões onde o clima traiçoeiro vigia a cada momento; constatada, enfim, a imperiosa necessidade de utilizar o braço nativo, começou a ser discutida a questão de educar o indígena, sem contudo cair no extremo oposto, o de formar um proletariado intelectual cuja abundância viesse entravar a marcha do progresso.

De resto, nem isso seria possível em países onde a luz da ciência brilhava pela completa ausência, e em territórios cujos habitantes não estavam preparados para receber, de súbito, as noções complexas e transcendentes de exóticas filosofias.

Diversas foram então as directrizes seguidas pelas várias nações coloniais. A Inglaterra, por exemplo, applicando na Índia os moldes metropolitanos, viu-se a breve trecho a braços com uma população culta, de carácter incerto, vegetando indecisa entre o espírito inglês meio assimilado e os restos fragmentados dos princípios tradicionais.

Por outro lado, nos países cujas populações se encontravam já dominadas pelo credo islamita, era difícil estabelecer a fórmula tendente à solução do problema: o receio de tentativas de conversão, a natural repugnância em aceitar princípios opostos ao dogma, tudo contribuía para criar um ambiente de dúvida, uma atmosfera nebulosa

onde pairava, freqüentemente, o temor de revoltas que a ninguém aproveitariam.

Entretanto, e como consequência imediata da acção civilizadora do contágio social, as populações nativas foram-se aperfeiçoando, tornando-se menos salientes os atritos que as separavam de nós e preparando-se, finalmente, o terreno para o estabelecimento definitivo da política hoje seguida, no campo educativo, por essas mesmas nações que, no dealbar da colonização, repudiavam abertamente a possibilidade e a utilidade de instruir os milhares de negros que povoam o continente africano.

Em boa verdade, ¿ que valor se poderia atribuir a esse incomparável agente de produção que é o homem, sem lhe dar primeiro uma educação apropriada, que simultaneamente lhe formasse o espírito colectivo e o amor pelo trabalho? ¿ Como valorizar as imensas riquezas do solo e do sub-solo, sem patentear, aos olhos dos seus possuidores, a conveniência de explorar, metódica e inteligentemente, os tesouros que elles encerram?

Tudo isso foi estudado, ponderado e, dêsse trabalho de gabinete resultou, como era natural, um horizonte mais vasto, que às colónias veio trazer uma fonte de inesgotáveis recursos.

Mas, assente em princípio a necessidade de educar os nativos, surge a faceta, não menos importante, da orientação a seguir pelo que respeita à natureza dos programas: que ensino ministrar? O ensino agricola? O ensino técnico? ¿ Ou preferir-se-á uma educação mixta?

Como aliás acontece em muitos dos ramos da administração colonial, não é possível, sem risco de cometer graves erros, estabelecer previamente uma doutrina rígida, uniforme, à qual se pretenda sujeitar a variabilidade imensa das sociedades coloniais. Tudo depende do meio, visto que a ele se destinam os cérebros trabalhados. A uniformidade só serviria, nesta hipótese, para complicar extraordinariamente as *démarches* no sentido de realizar a tão desejada comunhão de ideias e interesses. É inevitável ter de se deixar actuar sobre as bases sólidas de princípios científicos, a força onipotente das contingências locais, verdadeiras formações aluvionárias decorrentes do modo de ser próprio a cada país. A natureza do solo, o psique da população, as possibilidades económicas e até, um pouco, as tradições locais, ensinar-nos-ão o caminho a seguir.

Em todo o caso, isso não significa que o povo colonizador se abstenha completamente de intervir sempre que seja possível, no sentido de atenuar certas tendências que podiam ser perniciosas, ou de avigorar outras de cujo desenvolvimento alguma coisa haja a esperar.

Foi sobretudo a partir de 1909 que os governos coloniais de tódas as nacionalidades iniciaram a difícil campanha da instrução dos indígenas, realizando experiências, organizando escolas de espécie vária e observando cuidadosamente os resultados obtidos. Como consequência dêsse trabalho intenso, Java possui hoje uma admirável organização escolar e Madagascar encontra-se também em pleno progresso, sob a acção do impulso forte que lhe foi dado por Galliani. E poderíamos ainda citar muitas outras colónias onde a educação dos nativos tem sido objecto de cuidados especiais.

¿O que se verifica, entretanto, nas colónias portuguesas?

Compulsando e comparando os relatórios publicados pelo Instituto Colonial Internacional em 1931, com tristeza constatamos o retrocesso sofrido pela política portuguesa durante um largo período. Enquanto no estrangeiro, a educação dos indígenas tomava um incremento notável, Portugal adormecia sob os louros do Passado, deixando-se atrasar no caminho de que elle foi, afinal, o glorioso iniciador.

Estamos porém convencidos de que o actual Governo, a quem se devem já, nesse campo, algumas medidas tomadas depois de 1928, não esqueceu a importância do problema a que nos referimos, e que, dentro em pouco, graças ao carinho dos Poderes Públicos, ao amor e dedicação com que num futuro Congresso do Ensino Colonial serão discutidas estas questões, e finalmente, sob a égide forte e persistente de uma boa administração colonial, Portugal voltará a ocupar o lugar que de direito lhe pertence no grémio dos países que à causa da civilização têm dedicado o melhor do seu estôrgo.

Compreendemos que, em virtude das diferenciações étnicas, sociais e económicas dos povos das nossas oito colónias, a almejada solução é necessariamente de difícil estudo; mas, sabemos também que Portugal vive uma hora de Ressurgimento Nacional, ao serviço do qual trabalham afanosamente os maiores valores da geração actual.

Mãos à obra, portanto, para que o nome sagrado da nossa Pátria continue a sair dos lábios indígenas em entoações melodiosas, exteriorizações conscientes de sincero agradecimento.

## “PORTUGAL COLONIAL”

TEM DEVIDAMENTE MONTADOS NA SUA ADMINISTRAÇÃO, SERVIÇOS DE PROCURADORIA E AGÊNCIA AO DISPOR DOS SEUS LEITORES, ANUNCIANTES E ASSINANTES.

OS SERVIÇOS DE PROCURADORIA ENCARREGAM-SE DE TODAS AS COMISSÕES QUE OS LEITORES DA REVISTA RESIDENTES NA PROVÍNCIA OU NAS COLÓNIAS LHES QUEIRAM CONFIAR.

A PARTIR DO MÊS DE MARÇO:

### CONSULTÓRIO DE ASSUNTOS COLONIAIS

RECEBEM-SE DESDE JÁ CONSULTAS DOS SRS. LEITORES, ASSINANTES E ANUNCIANTES

## CONSULTÓRIO

P.—Tenho vinte e cinco anos e desejava empregar-me nas colónias como chefe de pôsto. Pode dizer-me qual é a legislação que devo consultar para pôr ao corrente das condições a que devo satisfazer?

R.—Reforma Administrativa Ultramarina. Está publicado um volume editado pela Agência Geral das Colónias onde o pode adquirir.

P.—Quando termina o prazo para poder concorrer ao Concurso de Literatura Colonial? Posso entregar obras dactilografadas? Há prolongamento de prazo para os concorrentes das Colónias?

R.—1.º: Pode entregar as suas obras até 30 de Abril. 2.º: Pode entregar a obra dactilografada mas em número de quatro exemplares. 3.º: Não há prolongamento de prazo para ninguém.

P.—Sou rico e gosto de viajar. Todos os anos saio para o estrangeiro durante dois ou três meses. Confesso que estou saturado e que desejaria conhecer cousas novas. A África atrai-me. Desejava saber se é interessante uma viagem pelas nossas colónias de África, sem aventuras porque já não sou novo e me faço acompanhar de minha mulher e qual o itinerário que me aconselha para não demorar mais de três meses. O que mais receio é o clima e o desconforto.

R.—Se eu fôsse rico, se tivesse três meses disponíveis no ano, se apreciasse o conforto como V. Ex.<sup>a</sup> e acreditasse no papão do clima africano (qualidades que não tenho, e algumas com grande desgosto) ia daqui ao Lobito, seguia no Caminho de Ferro de Bengala pelo Dilolo, Elizabethville, Vitória-Falls, Bulawayo, Joannesbourg e Lourenço Marques. Depois tomava um paquete que tocasse na Beira e regressava a Lisboa (via Marselha) pelo Canal de Suez. Quando chegasse poderia contar que vira uma África tão civilizada e muito mais interessante que certos cantos reclamados da Europa. Mas era se eu fôsse rico, etc. Como não sou nada disso... gosto mais do mato, dos mosquitos e do carro boer.

# estranjeiro

## Uma nova Associação Colonial

*Acaba de se fundar em Anvers, uma nova associação colonial, presidida por Daclemans. Propõe-se — conforme uma carta que Mr. Daclemans dirigiu ao jornal «l'Avenir Belge» — o seguinte:*

“Em primeiro lugar o novo agrupamento “Os Coloniais Unidos,” (“Les Coloniaux Unis.”), composto exclusivamente por Belgas que residiam no Congo, não tem, nem terá nunca, a intenção de criticar seja no que fôr, ou empalar o bom andamento das outras associações similares. O que os “Coloniais Unidos,” pretendem é se propõem é sair do entorpecimento, do marasmo em que viviam, certos, que possuindo título nalguns agrupamentos coloniais, parecem estar todos atacados por uma lethargia incurável.

*Na mesma carta, verificamos com prazer, que os «Coloniais Unidos» têm a firme intenção de se bater pelo colonato branco no Congo.*

“Um europeu e dez pretos, por exemplo, cultivando uma terra que apenas bastaria para alimentar um preto, podem chegar a ter um rendimento correspondente à alimentação de centenas de milhares de pretos.

Visto que no Congo há terra a mais e poucos pretos, sobretudo em Ratanga, Loumami e Riva, devem-se estabelecer os brancos. Não pensamos que seja preciso virem para África os milhares de belgas que há sem emprego: seria impossível experimentar e certamente desastroso. O que afirmamos sim é que é preciso amparar uma política que favoreça a instalação do maior número possível de Europeus.

E precisa que chegue um dia, em que o colonial belga, residindo na nossa colónia não tenha necessidade de encomendar um fato ao português X, construir uma casa pela empresa italiana Y, encomendar bebidas ao Sul-Africano Z, arranjar o calçado em casa do grego K, ou comprar conservas aos índios ou chineses.

E que se há lugar para 40 % dos estrangeiros que vivem no nosso Congo, quando não há nenhum para nós nas outras colónias, admitam conosco que o nosso novo agrupamento colonial, terá suficientemente “pão na montanha,” para estudar enérgicamente de acôrdo com as autoridades a forma de mudar duma vez, esta situação, que durou de mais !!.

## Projectos de Colonização e povoamento

Existe no Irac uma desavença entre a maioria musulmana e os cristãos, chamados assyrianos.

Formou-se um comité a favor destes últimos na S. d. N. No dia 22 de Setembro último, o governo britânico participa a esse comité que parecia provável trasladar os Assyrios para o distrito de Rupunini, na Guyana inglesa; enquanto que a 24 desse mesmo mês, o governo francês sugeriu à S. d. N., a idéa de fixar os Assyrios na embocadura do Niger.

Paris e Londres recomendam, criar no território por ambos proposto, uma comissão de estudo a fim de estudar as possibilidades de povoamento, antes da S. d. N. tomar qualquer decisão.

O Comité enviou uma missão à Guyana inglesa, onde chegou a 31 de Outubro, a qual deveria concluir os trabalhos por todo o mês de Fevereiro.

O governo francês, pela sua parte, fornece toda a documentação completa ao organismo genovez, que decidirá ulteriormente sobre o envio eventual duma expedição à A. O. F.

Os emigrantes serão cerca de 20.000; o governo inglês, oferece um território de perto de 13.000 milhas quadradas, das quais 855, são deduzidas para reserva de indígenas.

Há 1375 m<sup>2</sup>, de floresta e 4380 savanas.

(Do *Essor Colonial et Maritime*.)

## Um parlamento indígena

Uma experiência importante no sentido dum governo directo pelos indígenas, acaba de ser feita no Transvaal, no distrito de Peitersburg, onde foi organizado um autentico parlamento indígena. Comporta nove membros de raça negra, sendo três nomeados pelo Governador Geral e seis eleitos pelos autoctones do distrito. A presidência é assumida por Mr. Sinclair Fynn, Comissário dos Negócios indígenas.

Os membros são designados por um período de dois anos. Formam um corpo consultativo que pode transmitir as propostas ao Governo e dispor dum orçamento anal de 3.000 e 4.000 libras esterlinas, para as necessidades de agricultura, de hygiene, serviços de estradas, águas e florestas, etc.

Este novo organismo substitue os antigos conselhos locais, que não se ocupavam senão dos territórios limitados.

Desa vez, trata-se da Administração de todo um distrito pelos indígenas. Até agora, os parlamentos desta espécie não funcionaram senão no Franskei (Colónia do Cabo). Pietersburgo é portanto o primeiro distrito da União sul-Africana, fora do Transvaal, que beneficia dum parlamento escolhido no meio da população de cor, do país.

(Do *Essor Colonial et Maritime*.)



A Etiópia, é um país enorme, maior do que a França, povoada por sete milhões de habitantes, cristãos na sua maioria. Esses cristãos pertencem ao culto cople; foram evangelizados nos primeiros séculos da era cristã pelos missionários que subiram o Nilo — apesar das arremetidas do Islam, tal qual como aconteceu aos grandes centros cristãos.

Graças às suas montanhas, mantiveram as suas crenças; repeliram ao mesmo tempo o islamismo árabe e o polytheismo negro. E, apesar das suas instituições políticas serem primitivas permitiram ao Lião do Judeu, como se chama o seu imperador, conservar a sua independência, contra vento e a maré, até aos nossos dias.

Alguns jornais alemães, aproveitaram o actual movimento de tropas italianas que foram a Abissínia, para formular de novo a questão colonial. Outros, aconselham a Alemanha a voltar-se para a colonização da Rússia. Qual destas duas tendências, prosequirá?



A opinião inglesa inquieta-se com o conflito italo-etiope, e deseja vivamente que seja solucionado pela S. d. N., ainda que para isso seja preciso, diz o «Manchester Guardian», convocar uma sessão extraordinária do Conselho. Pode esperar-se que as esperanças inglesas se realizem?

O que se terá dito em Roma, em Janeiro último sobre os problemas africanos?



A Etiópia não tem ainda boas estradas e só tem um caminho de ferro; não se pode dizer que esteja equipada industrialmente, a sua agricultura é ainda primitiva—e apesar de isto tudo, a Etiópia tem armas. Fala-se em 500.000 homens armados de espingardas, 180 canhões, 250 metralhadoras, alguns tanques e uma dúzia de aviões...

Uma guerra na Etiópia, um país vastíssimo como é, d'acesso difícil e cujos habitantes principiam a ter sob a influência da pressão estrangeira, um verdadeiro sentido nacional, podia ter péssimas conseqüências para o país que quisesse pensar nela.



A Comissão das Colónias na Camara Francesa encarregou o seu presidente Mr. Taillinger de fazer uma diligência urgente, junto do Ministro das Colónias, no sentido de ser revogada a decisão que suprimiu as licenças em França, concedidas aos funcionários coloniais dos quadros locais.



**CIDADE DO CABO**— O novo Acôrdo Aduaneiro entre a União e a Rodésia, estará pronto para ser assinado.

A União não faz quaisquer concessões para as carnes e o tabaco, e no que respeita ao milho não haverá transacções algumas, excepto quando haja falta deste cereal em qualquer dos outros dois países.

Assim os principais problemas ficaram por solucionar e ninguém espera que o Acôrdo possa desta maneira durar muito tempo.

A Rodésia, ao que consta já, anda em procura de outros mercados para as suas carnes, tabaco e milho.

A barreira alfandegária vai ser agora imposta na fronteira União-Rodésia, mas haverá uma extensa lista de mercadorias isentas de direitos. — (*Especial*).

---

ÊSTE NÚMERO FOI VISADO

PELA COMISSÃO DE CENSURA

PORTUGAL COLONIAL

# IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS

## A primeira conferência económica

O Governador de Macau, comunicou que os delegados daquela colónia à Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português são os srs. dr. Américo Augusto Pacheco Jorge, presidente, Henrique Nolasco da Silva, advogado e comerciante, e Luciano Botelho da Costa Martins, director dos Correios e Telégrafos, e que o programa da colónia é o seguinte:

1.º Comércio com a metrópole e comércio inter-colonial; intensificação do comércio com a metrópole e outras colónias.

2.º Navegação comercial entre Macau e Portugal. Casa de Portugal em Macau, exposição e propaganda dos produtos metropolitanos e coloniais.

3.º Pautas alfandegárias e taxas de consumo em relação aos produtos de Macau aos metropolitanos e aos de outras colónias.

4.º Exposição e propaganda em Portugal dos produtos exportados por Macau.

5.º Nacionalização dos produtos importados por Macau e exportados para a metrópole e para outras colónias.

6.º Macau entreposto comercial entre metrópole e a China e outros países do extremo oriente.

7.º Concessão ao governo de Macau da faculdade de registar as marcas dos produtos fabricados em Macau, a fim de evitar a desnacionalização dos produtos.

Comércio com o estrangeiro: Limitações e restrições necessárias para a protecção dos interesses comerciais da metrópole e do Império Colonial. Tratados de Comércio em especial com a China: Revisão das pautas das alfândegas chinesas.

Tratados com outras nações, como convém estabelecer ou alterar tratados de comércio.

Navegação comercial sob bandeiras estrangeiras.

Propaganda no Extremo Oriente dos artigos produzidos em Macau ou importados da metrópole ou do Império Colonial.

Credito Comercial e Industrial: Necessidade de um Banco de Fomento ou Caixa de Credito.

Transferência de fundos entre as colónias: Alterações da legislação no sentido de melhor a adaptar às necessidades comerciais de Macau.

Utensilhagem colonial:

Transportes, aviação e automobilismo.

Navegação fluvial. Portos. Dragagens. Armazens e pontes.

Aproveitamento dos terrenos.

Aptreçamento para a standardização e aperfeiçoamento dos produtos.

Protecção às indústrias novas.

Secagem de peixe.

---

O governo de S. Tomé, telegrafou comunicando que os delegados daquela colónia à Primeira Conferência Económica do Império Colonial Português, são os srs. Júlio Ferreira, presidente, engenheiro sr. Carlos de Carvalho, dr. Ribeiro Ferreira e que os elementos para a conferência, seguem pelo correio.

# INFORMAÇÕES DO MUNDO COLONIAL

## Crónica do mês

**A** Alemanha continua a vencer a Guerra que começou em 1918. Para a compensar da derrota que sofreram os seus generais têm-se acumulado uma série de vitórias dos seus diplomatas.

Perante a última destas vitórias, que rasga de vez o papel sem importância que já era o tratado de Versailles, a paisagem da Europa e o espectáculo que os antigos aliados oferecem ao mundo é desolador. Pode dizer-se: vence a diplomacia corajosa e enérgica, que tem o sentido da oportunidade e aprendeu a conhecer as fraquezas do adversário, contra a diplomacia medrosa que em nome da prudência, do sentimento das responsabilidades e de alguns lugares comuns que inventou nem sequer teve a habilidade de esconder a sua fraqueza.

Perante a França parlamentarista e sem vontade definida, a Inglaterra prudente e uma Itália que se dilue entre as duas primeiras a Alemanha jogou com notável sentido das oportunidades e uma coragem que lhe resulta bem, o golpe que há tantos anos vinha preparando.

Contra êle os aliados vão enviar... notas enérgicas.

Contra as notas enérgicas Hitler enviará duas linhas concisas e—quem sabe?—amáveis que em nada alterarão o facto consumado e o seu desenvolvimento.

Depois, enquanto a Alemanha, mais se-

gura, mais fortalecida por esta vitória, mais confiada, prepara segundo e terceiro golpe—os aliados provocarão conferências, intrigas, notas, continuarão emfim a manifestar perante o mundo a rotundidade dos seus lugares comuns.

E depois ainda... a Guerra, lêrmo final de tôdas estas lutas de chancelarias, quando as chancelarias são apenas isto que se vê, se lê e se desenvolve.

Ora o caso não deixa de nos interessar, não só sob pontos de vista de ordem geral, como também no que respeita ao capítulo Colónias.

Evidentemente ninguém supõe que o armamento da Alemanha, vencida de ontem numa Guerra que a despojou de alguns territórios na Europa e de tôdas as colónias que tinha no mundo—seja um fim da sua política e das suas aspirações.

Depois do armamento, magnífica base de partida para vãos mais largos, virão (já algumas vieram) as reclamações territoriais na Europa—que serão atendidas talvez inteiramente—e as reclamações coloniais.

Não se pode dizer que o perigo esteja longe ou mal desenhado.

Como olha para êle a diplomacia aliada? Que pensam sobre êle os países coloniais?

É tempo de considerar o assunto como um problema em marcha—e que marcha sobre nós.

H. G.

---

## Notas do mês

### Cabo Verde

Está-se procedendo à montagem das novas estações rádio telegráficas em Cabo Verde, para o que se vão construir dois edifícios respectivamente na cidade da Praia e na ilha de Maio.

Foram acrescentadas à pauta de importação da colónia de Cabo Verde, aprovada por diploma legislativo

n.º 327, de 11 de Novembro de 1931, às novas rubricas seguintes, as quais deverão ser respectivamente inseridas a seguir aos artigos 106, 107 e 108 da referida pauta: Nacional e estrangeiro.

106-A — Medicamentos simples ou compostos e substâncias empregadas em farmácia, quando importados pelo Estado para os serviços de saúde (*ad valorem*), 2 0/0, 5 0/0

107-A — Produtos químicos, artigos de droguaria e desinfectantes, quando importados pelo Estado para os serviços de saúde (quilograma), \$10, \$20.

108-A — Pensos e apósitos clínicos, incluindo algodão, gases e ligaduras (*ad valorem*), 20 0/0, 46 0/0.

a) Quando importados pelo Estado para os serviços de saúde (*ad valorem*), 4 0/0, 10 0/0.

• O governante de Cabo Verde enviou ao Ministério das Colónias o projecto do orçamento para o futuro ano económico, cujas receitas são de 18.981.900\$00 e as despesas de 18.714.885\$42, havendo um saldo de 267.014\$58, acompanhado de um desenvolvido relatório.

• Foi autorizado o governador de Cabo Verde a aplicar a quantia de 600 contos, do fundo de reserva da colónia, na utilização de diversos trabalhos públicos na colónia, que se encontra assoberbada por uma grave crise agrícola.

• Vai-se proceder ao levantamento hidrográfico do arquipélago de Cabo Verde.

## Guiné

Vai ser publicado um decreto, mandando que a tabela da receita e despesa da colónia da Guiné, anêxa a êste decreto, fique fazendo parte do orçamento de 1934 e 1935.

• Vai ser organizado um corpo de bombeiros na colónia da Guiné.

## S. Tomé e Príncipe

Em vista da crise que atravessa S. Tomé, os roceiros reduziram o seu pessoal, baixando muito o número dos contratos dos trabalhos de outras colónias, para as roças de S. Tomé e Príncipe.

• O governador de S. Tomé, enviou pelo vapor Colonial, para o Ministério das Colónias, o projecto de orçamento para o futuro ano económico cujas receitas foram calculadas em 9.178.246\$12, e as despesas em 8.255.602\$74, havendo portanto, um saldo de 922.639\$28.

• O governador de S. Tomé, informa que ontem inaugurou o taboleiro de vigas metálicas, ridagem e guardas de cimento armado, vão de 17 metros sobre o rio Abade, entre Santana e Roça Aguaizé.

## Angola

Vai ser publicado um decreto autorizando o governo geral de Angola a abrir um crédito especial de 1.500.000.00 angolares, destinado ao pagamento das empreitadas relativas às obras do pôrto do Lobito.

• Está-se procedendo ao levantamento agronómico da região do Cavaco, Angola, por técnicos especializados, e ao mesmo estudo e respectivo orçamento para em seguida se fazerem os trabalhos de irrigação dos terrenos da região, no sentido de se promover o desenvolvimento da sua agricultura, visto ser uma das regiões mais ricas, sob o ponto de vista agrícola, que existem na colónia.

• De Mossamedes pedem para ser com urgência construído um cais acostável, visto a ponte que existe estar em tal estado que se torna perigoso a ela atracar tendo-se ultimamente utilizado algumas pontes particulares para o respectivo tráfego.

• Vai ser publicado um decreto isentando de direitos de importação, em Angola, sementes de trigo e outras para serem distribuídos pelos sinistrados da praga dos gafanhotos.

• Em virtude do grande número de aposentados da colónia de Angola, deve ser publicado um diploma mandando reforçar a verba consignada no orçamento destinada a êsse fim, verba que será coberta com os saldos existentes nas contas já revistas e apuradas.

• A Comissão de Defeza do Pôrto de Lobito, na sua última reunião tratou de vários assuntos, entre êles o

da construção de armazens no pôrto para arrecadação de milho a exportar, do visto dos passaportes dos passageiros e das alterações a introduzir no regulamento da exploração.

• A Companhia dos Diamantes de Angola pediu autorização para montar na Lunda 4 estações rádio-telegráficas, de ondas 35 a 60 metros ligando-as à direcção técnica do Dundo, Cassoquidi, Andulo e Macudi.

• O Conselho Superior das Colónias negou provimento ao recurso interposto pela Companhia Mineira do Alto Zambeze, colónia de Angola, do acórdão do Tribunal Administrativo da mesma colónia que resolveu não tomar conhecimento do recurso interposto pela recorrente, do lançamento de contribuição industrial, por o julgar fora de tempo.

• Segundo telegrama recebido de Angola, o rendimento comparativo da alfândega de Loanda, foi em Janeiro de 1935, 1.852.018.00 angolares e em Janeiro de 1934, foi de 1.770.124.45 angolares, havendo portanto, para mais, em 1935, 81.893,55.

• Foi mandado ouvir o Governo de Angola, sobre a proposta do Banco de Angola, para a extinção das suas agências em Vila Luíza e Santo António do Zaire.

• Vão ser fixadas as taxas para o tráfego e tráfico internacional, em Angola, terminal em S. Tomé, 0,30 trânsito por Angola, 0,40, percurso rádio-eléctrico 0,40, sendo 0,20 Angola e 0,20 S. Tomé.

• O governo de Angola, vai enviar ao sr. Ministro das Colónias, o ante-projecto para a construção do novo edifício para o liceu de Loanda, o qual será depois submetido à apreciação do Conselho Superior de Obras Públicas e Minas das Colónias.

• Pelo governo de Angola foi mandado proceder a um inquérito por todos os administradores de circunscrição da colónia para se saber ao certo a quanto montam os prejuízos sofridos pelos agricultores com a terrível praga dos gafanhotos, nas suas respectivas áreas.

• O governo francês pediu autorização para voarem sobre o território de Cabinda os aviões que vão estabelecer o serviço aéreo entre Dakar e Point-Noire.

• Por proposta do governador da província de Bié, parece que vão passar a circunscrições civis, as circunscrições de Alto Zambeze, Bundas, Cuando e Baixo Cubango.

## Moçambique

Em 1934 a exportação da colónia de Moçambique somou 189.046 toneladas, no valor de 113.385 contos. Em 1933 a exportação havia sido de 163.387 toneladas, no valor de 108.348 contos. O aumento na quantidade foi de 15 0/0, sendo a exportação de 1934 a maior que a colónia regista em quantidade. De um modo geral pode dizer-se

Do movimento beneficiaram especialmente o algodão, o sisal, as sementes de amendoim, copra e gergelin, cereveja, chá e frutas.

As quantidades exportadas nos últimos anos foram: 1927, 138.199 toneladas; 1929, 169.230 toneladas; 1930, 177.451; 1931, 161.428; 1932, 165.941; em 1933, 163.387 e em 1934, 189.046 toneladas.

• Vai começar já, por conta da colónia de Moçambique a construção do primeiro troço do caminho de ferro do Limpopo, de modo a avançar e facilitar depois a construção rápida dos outros troços e das grandes obras de irrigação do Vale de Limpopo. Os projectos dos decretos respectivos elaborados pelo sr. Ministro das Colónias, estão ao presente em discussão no Conselho Superior das Colónias.

• Foram adquiridos para o Caminho de Ferro de

Moçambique 25 vagões, 3 locomotivas, 2 automotoras e 7 camiões, e encomendados 4 locomotivas, 10 guindastes eléctricos, e 4 guindastes automóveis.

• Segundo comunicação recebida de Moçambique, o governo desta colónia, em harmonia com a nova reforma administrativa e da Carta Orgânica do Império Colonial, dois importantíssimos diplomas promulgados pelo sr. Ministro das Colónias, vai apresentar à apreciação do Conselho do Governo, vários projectos de diplomas relativos às reorganizações dos Serviços de Administração Civil, Aduaneiros; Fazenda, portos e Caminhos de Ferro, estatística, negócios indígenas, repartição central, etc.

• Em virtude da nova organização do quadro administrativo da colónia de Moçambique e em harmonia com a reforma administrativa do sr. Ministro das Colónias, foi feita a colocação do respectivo pessoal pelos diferentes pontos da colónia, tendo sido desligados do serviço 24 funcionários, por motivos disciplinares e outros, por não terem boas informações, 18 passaram a adidos ou aposentados por terem mais de 55 anos de idade e 8 funcionários interinos foram exonerados dos respectivos lugares.

• Foram nomeados directores dos serviços agrícolas de Quelimane, Cabo Delgado, Lourenço Marques e Inhambane, respectivamente os engenheiros srs. Monteiro Grilo, Vieira de Sá, Oliveira Júnior e Gomes de Sousa.

• Foi prorrogado até 30 de Junho próximo o prazo para a posse definitiva dos terrenos das Comunidades da Índia que haviam sido concedidos por aforamento.

• Vão ser encarregados dois engenheiros do estudo da construção do novo caminho de ferro do Tete e outro para a construção do caminho de ferro de Moçambique.

• Em várias regiões do distrito de Lourenço Marques vão ser criados mercados e feiras mensais de gado, sob a fiscalização da direcção dos Serviços de Veterinária.

• Vai ser modificado o regulamento da concessão de terrenos em Moçambique.

• O governador geral de Moçambique comunicou ter aberto em 7 do corrente o Liceu de Lourenço Marques tendo as matrículas aumentado consideravelmente este ano lectivo.

• Vai ser publicado um decreto criando a secção feminina no liceu de Lourenço Marques.

## Índia

O governador geral da Índia, comunicou ter sido aprovado pelo Conselho do Governo o projecto do orçamento para o futuro ano económico, cujas receitas foram previstas em liras 6454897, 15 tangas e 11 réis.

• O governo da Índia propôs a criação de uma Polícia Sanitária permanente, encarregada de velar pela efectivação da higiene pública e particular daquele Estado, sendo eslabeadas sanções penais, por infracções do regulamento da referida policia.

• Foram mandadas executar as obras necessárias para o abastecimento de água potável, no planalto de Pangim, Índia.

• Foram contractados os mestres para a Escola de Artes e Ofícios, ultimamente criada em Satari, Índia, para onde seguem no primeiro paquete.

• O governador geral da Índia pediu a aprovação da sua proposta relativa à reorganização dos serviços

agrícolas da colónia bem como a nomeação dos funcionários técnicos desse serviço.

• O governador da Índia comunicou que o resultado definitivo da eleição do Chefe do Estado foi de 15.239 votos.

## Macau

Os médicos em Macau, estão procedendo à vacinação preventiva dos habitantes da colónia, em virtude de se estar dando ali bastantes casos de variola.

• Foi estabelecido um acôrdo entre o governo de Macau e o de Hong Kong, relativamente aos correios.

Segundo esse acôrdo, as encomendas postais, um quilo, trinta centimos; cinco quilos, 50; 10 quilos, 90. Encomendas recebidas da metrópole em malas fechadas por intermédio de Hong Kong, 1 quilo, 45 centimos, 5 quilos, 75; 10 quilos, 1 franco e 50.

• Vai ser publicado um decreto determinando que nas estampilhas do imposto do selo de Macau, existentes na Casa da Moeda, seja impressa a sobretaxa de 20 avos.

• O sul da China está atravessando presentemente uma grave crise económica, crise que está a produzir os seus efeitos na nossa Colónia de Macau, onde, os chinas ricos iam passar temporadas.

• Vai ser publicado um decreto estabelecendo o novo quadro dos funcionários administrativos da colónia de Macau.

Em 1935 Macau importou 30.040.698,87 patacas, e exportou 12.495.165,44.

• Vai ser publicado um decreto autorizando o Governo de Macau a estabelecer pelo prazo de um ano, o regime de licenças para casas exploradoras exclusivamente do jogo do Fan-Tan.

• Foi ontem comunicado telegraficamente a reorganização do quadro administrativo da colónia de Macau, a que já em 6 do corrente, nos referimos.

• Pela publicação do decreto 25.124, foi estabelecida a divisão administrativa da colónia de Macau e reorganizado o quadro dos respectivos funcionários.

## Timor

Vão ser publicadas brevemente as estatísticas relativas à colónia de Timor, dos anos de 1931-32 e 33.

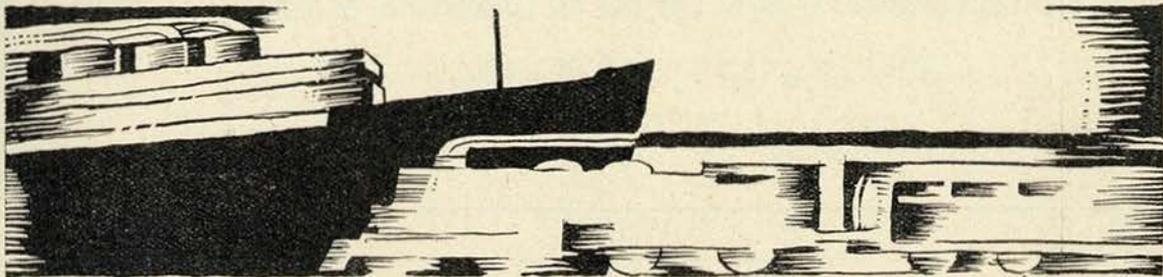
• Vai ser regulamentada a entrada em Timor, sob uma rigorosa fiscalização, álcool, gasolina, óleos e petróleos.

Foi regeitado o diploma legislativo n.º 10 da colónia de Timor, regulamentando o trabalho indígena, publicado no suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 6, de 10 de Fevereiro de 1934, por violar o disposto no n.º 5.º do § 1.º do artigo 10.º da referida Carta Orgânica do Império.

• O governo de Timor telegrafou comunicando que as circunscrições daquela colónia vão levantar em Díli, com o nome da Casa de Timor, um palácio para uma exposição permanente das suas produções, que deverá estar concluído em Outubro próximo afim de realizar a exposição preparatória para a grande exposição colonial de Lisboa, em 1936.

• Vai ser montada uma estação rádio-telegráfica em Timor, que comunicará directamente com a metrópole.

• Vai ser publicado um decreto, mandando anular o diploma, que trata da regulamentação do trabalho indígena em Timor.



# ESTATÍSTICA

## Índices-Números das cotações dos géneros coloniais

DESIGNAÇÃO	1914	1931	1932	1933	1934		1935
	Julho	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Índice-médio	Janeiro	Janeiro
LISBOA (cidade) .....	100	1.302	1.636	1.304	1.303	1.131	1.292

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Cotações dos géneros coloniais (Praça de Lisboa)

Géneros	Unidade	Cotações em (a)	
		1929 15 de Janeiro	1935 15 de Janeiro
Cacau fino .....	15 quilogr.	77\$00	39\$00
Cacau paiol .....	>	62\$00	28\$00
Cacau escolha .....	>	36\$00	20\$00
Café de S. Tomé, fino .....	>	(b) 210\$00	(e) —
Café de Novo Redondo .....	>	124\$00	59\$00
Café de Ambriz .....	>	123\$00	59\$00
Café de Encoje .....	>	116\$00	55\$00
Café do Cazengo (de 2. <sup>a</sup> ) .....	>	120\$00	58\$00
Coconote .....	>	33\$00	12\$50
Copra .....	>	42\$00	13\$50
Óleo de palma, mole .....	>	45\$00	(d) 19\$50
Rfécno .....	>	27\$00	13\$00
Gergelim .....	>	34\$00	(d) 17\$00
Algodão .....	Quilog.	10\$00	7\$15
Cera .....	>	16\$00	9\$60
Cola .....	>	6\$00	1\$50
Açúcar, rama .....	>	(c) 1\$70	1\$25
Milho .....	>	\$94	\$74
Coiros .....	>	15\$00	5\$20

(a) As cotações aprovadas representam a média nas datas indicadas ou na data mais próxima — (b) Cotação em 1 de Agosto de 1928 — (c) Cotação em 21 de Setembro de 1928 — (d) Em tambores — (e) Não foi negociado.

# Situação dos Bancos Coloniais com sede em Lisboa, em 31 de Dezembro de 1934

(Valores em escudos)

BANCOS	ACTIVO				PASSIVO	
	CAIXA		Letras descontadas sobre o País e transferências	Letras a receber	Depósitos à ordem	Depósitos a prazo
	Dinheiro em cofre	Depósitos noutros bancos				
Banco de Angola (Sede) . . . . .	390.783	20.205.848	—	—	10.228.313	2.218.754
Banco N. Ultramarino (Sede)	20.554.240	8.305.541	168.673.205	89.478.879	150.715.178	119.360.441

Do Boletim Mensal da Direcção Geral de Estatística.

## Reexportação e trânsito de mercadorias das Colónias portuguesas por Lisboa em Janeiro de 1935

MERCADORIAS	QUANTIDADES EM QUILOGRAMAS		VALOR EM ESCUDOS	
	1934	1935	1934	1935
	— Janeiro	— Janeiro	— Janeiro	— Janeiro
<b>Reexportação :</b>				
Cacau . . . . .	306.482	18.322	596.378\$00	41.416\$00
Café . . . . .	457.041	—	1.332.986\$00	—
Cera . . . . .	37.199	10.127	264.313\$00	90.271\$00
Outras mercadorias . . . . .	34.807	94.603	102.313\$00	298.913\$00
<b>Total . . . . .</b>	<b>838.529</b>	<b>123.052</b>	<b>2.295.990\$00</b>	<b>430.600\$00</b>
<b>Trânsito internacional :</b>				
Cacau . . . . .	—	—	—	—
Café . . . . .	287.066	418.393	875.200\$00	1.496.100\$00
Cera . . . . .	5.666	—	43.205\$00	—
Óleos de palma e côco . . . . .	7.316	13.528	5.500\$00	10.460\$00
Outras mercadorias . . . . .	281.910	320.226	263.116\$00	369.400\$00
<b>Total . . . . .</b>	<b>581.958</b>	<b>752.093</b>	<b>1.187.021\$00</b>	<b>1.875.560\$00</b>

Do Boletim Mensal da Direcção Geral da Estatística.

## Quantidades em quilogramas de algumas mercadorias importadas e exportadas de e para as Colónias portuguesas de Janeiro a Dezembro de 1934

MERCADORIAS	Angola	Cabo Verde	Guiné	Moçambique	S. Tomé e Príncipe	India, Macau e Timor
<b>Importadas das Colónias :</b>						
Arroz.....	19.408	59.391	—	—	—	—
Açúcar.....	834.305	—	—	1.850.480	—	—
Café.....	312.414	7.434	—	165	15.217	6.531
Trigo em grão.....	—	—	—	—	—	—
Peles em bruto.....	16.778	—	6.188	2.902	—	—
Algodão em caroço, rama ou cardado.....	124.425	—	—	90.238	—	—
Sementes oleaginosas.....	408.468	—	—	20.266	—	141.605
Milho.....	—	—	—	—	—	—
<b>Exportadas para as Colónias :</b>						
Vinhos do Pôrto (decalitros).....	315	3	29	635	140	203
» da Madeira (decalitros).....	—	—	—	—	—	—
» comuns tintos (decalitros).....	54.550	2.482	7.204	41.794	3.340	2.420
» » brancos (decalitros).....	17.633	454	1.400	23.224	557	233
» licorosos (decalitros).....	443	110	16	289	—	36
Conservas de vegetais.....	9.905	570	1.215	13.557	1.700	1.353
Sardinhas em salmoura.....	20	—	—	—	20	—
Conservas de sardinha.....	2.106	192	110	22.548	780	502
Conservas de peixe não especificado.....	102	—	—	7.203	—	—
Cortiça em rolas.....	22	14	—	168	5	—

Do Boletim da D. G. E.

## Acções de Companhias Coloniais

1934		Vencimento de juros ou dividendo	Último juro ou dividendo pago		VALORES	OFERTAS			
Máximo	Mínimo		Data	Quantia		13 de Dezembro		15 de Janeiro	
						C.	V.	C.	V.
85\$00	83\$00	4-7-1934	1933	L. 4\$00	Agrícola das Neves.....	79\$00	82\$00	85\$00	87\$00
—	80\$00	27-11-1933	1932	L. 3\$00	Agricultura Colonial (Soc).....	77\$00	79\$00	81\$00	—
395\$50	375\$00	17-3-1934	1933	L. 15\$00	Açúcar de Angola.....	395\$00	398\$00	384\$00	390\$00
—	32\$00	15-7-1929	1928	£ 0-3-2 2/5	Boror.....	31\$00	35\$00	30\$00	35\$00
—	—	—	1927	—	Cabinda.....	—	—	10\$00	12\$00
35\$50	35\$00	11-7-1929	1928	£ 0-0-0,6	Buzi—de 1 a 150.000 1. <sup>a</sup> Em. ....	38\$00	39\$50	35\$40	37\$00
—	—	11-7-1929	—	£ 0-0-0,6	Buzi—de 150.001 a 300.000 2. <sup>a</sup> Em. ....	—	—	33\$00	—
—	—	1-4-1929	1927	L. 10\$00	Colonial de Navegação.....	—	—	—	—
145\$00	131\$00	1-5-1934	1933	L. 5\$00	Ilha do Príncipe.....	132\$00	134\$00	143\$00	144\$50
11\$60	9\$60	2-6-1930	1928-29	L. \$99	Zambézia—t. 25.....	9\$00	9\$30	11\$50	11\$80



## "Portugal Colonial,, SERVIÇO DE INFORMAÇÕES

**N**O INTUITO DE SERVIR OS SEUS LEITORES DAS COLÓNIAS, A ADMINISTRAÇÃO DA "PORTUGAL COLONIAL,, ACABA DE ORGANIZAR UM SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUE DO-RAVANTE FICA À SUA DISPOSIÇÃO.

**N**ÃO COMPRE POR CATÁLOGOS. O VENDEDOR SÓ TEM UM INTERESSE — *VENDER* — EMBORA NEM SEMPRE O QUE MAIS CONVÉM AO CLIENTE. DIGA-NOS O QUE DESEJA E INFORMÁ-LO-EMOS CRITERIOSAMENTE.

**T**ODA A GENTE QUE VIVE NO ULTRAMAR TEM UMA COMPRA, UMA VENDA OU QUALQUER OUTRA TRANSACÇÃO OU DILIGÊNCIA A REALIZAR EM LISBOA. UTILIZE O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E FICARÁ SATISFEITO.

**N**ÃO INCOMODE OS SEUS AMIGOS DA METRÓPOLE COM PEDIDOS QUE NÓS PODEREMOS SATISFAZER MELHOR DO QUE ÊLES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESCOLHERÁ A SEU CONTENTO O QUE DESEJA.

**S**E QUERE SABER PREÇOS E QUALIDADES DO QUE SE VENDE OU SE COMPRA EM LISBOA, SE QUERE ORÇAMENTOS OU ESTIMATIVAS, ESCRIVA-NOS. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTÁ APTO A RESPONDER-LHE.

**T**UDO O QUE EXIJA CRITÉRIO NA ESCOLHA — MAQUINISMOS, FERRAMENTAL, PRODUTOS, MATÉRIAS PRIMAS, ETC. — O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES PODERÁ ESCOLHER EM SEU LUGAR. DIGA-NOS COM PRECISÃO O QUE DESEJA.

**S**E PRETENDE VENDER, PODEREMOS AUXILIÁ-LO NA VENDA. TALVEZ ENCONTREMOS O COMPRADOR QUE LHE CONVÉM, POIS TRABALHAREMOS PARA O CONSEGUIR. DIRIJA-SE AO NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES.

**P**ARA A EXPANSÃO DA "PORTUGAL COLONIAL,, O NOSSO INTERESSE É SERVIR COM METICULOSIDADE E ISEMPCÃO OS SEUS LEITORES. O NOSSO SERVIÇO DE INFORMAÇÕES QUERE SER O SEU AGENTE DE CONFIANÇA.

**T**ODOS OS PEDIDOS DE INFORMAÇÕES SOBRE A PRAÇA DE LISBOA DEVEM VIR ACOMPANHADOS DA IMPORTÂNCIA DE ESC. 6\$00 OU SEU EQUIVALENTE EM MOEDA LOCAL, PARA DESPESAS DE EXPEDIENTE, E SER DIRIGIDOS À ADMINISTRAÇÃO DA REVISTA "PORTUGAL COLONIAL,, — RUA DA CONCEIÇÃO, 35, 1.º, LISBOA — TELEFONE 2 4253 — TELEGRAMAS "MINERVA,,.